

Condenação unânime de todos os partidos

Ataque terrorista aos Três Poderes acaba com 1500 presos e intervenção no GDF

I
REAL
BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

AFP

Lula reúne em Brasília 27 governadores contra o golpe e o terrorismo

O tiro saiu pela culatra. O extremismo, o terrorismo e o fascismo foram derrotados. A mesma rampa que foi usada por terroristas que depredaram o Palácio do Planalto, no domingo (8), foi usada, na segunda-feira (9), pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os 27 governadores de Estado que a desceram para ir a pé até o Su-

premo Tribunal Federal (STF) prestar solidariedade à Corte Suprema do país, que fica a cerca de 300 metros do Planalto. Este foi um dos gestos mais simbólicos depois da tentativa de apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) terem invadido e depredado as sedes dos Três Poderes da República - o Legislativo (Congresso), o Executivo (Palácio do Planalto) e o Judiciário (STF). **Página 3**



Já presos (foto acima), os terroristas que vandalizaram o Supremo (foto abaixo), o Planalto e o Congresso foram levados para o ginásio da Polícia Federal, no DF



“Golpistas não tiveram êxito e serão punidos”, afirma ministro da Justiça

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse, na tarde da segunda-feira (9), que 1,5 mil pessoas foram detidas ou presas. Segundo informou, foram 209 prisões em flagrante e cerca de 1,2 mil extremistas ainda estão sendo ouvidos. Eles serão enviados pela Polícia Civil para o Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, onde aguardarão a audiência de custódia. Flávio Dino destacou que “as FFAA se mantiveram fiéis à legalidade democrática e isso é um evento que deve ser saudado e homenageado pelos democratas em nosso país”. **Página 3**

HORA DO POVO

ANO XXXIII - Nº 3.888 11 a 17 de Janeiro de 2023

★ ★ ★ ★ ★

Fiesp repudia vândalos e apoia a punição severa dos golpistas



Relógio do século XVII, dado de presente a Dom João VI, foi destruído. Assim como tapeçaria de Burle Marx e esculturas



Bolsonaristas destruíram obras de arte e patrimônio brasileiro no STF, Congresso e Planalto

O Palácio do Planalto divulgou nesta segunda-feira (9) um balanço preliminar de itens que foram danificados - e também roubados - durante a invasão de golpistas terroristas, apoiadores de Jair Bolsonaro, aos prédios dos três poderes no domingo (8). De acordo com o gover-

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo divulgou nota condenando os ataques terroristas cometidos por bolsonaristas no domingo (8) em Brasília. O presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, destacou



Terroristas deixaram rastro de destruição no Senado

Reforma trabalhista tem a lógica da economia colonial

O fato é que a chamada reforma trabalhista, lei 13.467 de 2017, muda 108 artigos da CLT. Todas as mudanças são para tirar direitos dos trabalhadores, incluindo o sufocamento financeiro dos sindicatos. **Página 5**

Kiev admite uso de ucranianos como bucha de canhão da Otan

“Estamos cumprindo a missão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) sem que o seu sangue seja derramado, derramando nosso sangue e, por isso, eles devem gastar suas armas”, afirmou o ministro da Defesa da Ucrânia, Aleksei Reznikov, em entrevista a emissora local. **Página 6**

Rússia, China e Índia condenam ataque bolsonarista

'Gastança' a ser contida são os quase um trilhão de reais só de juros

Foram gastos com juros em 2022 R\$ 700 bilhões e podem chegar a R\$ 800 bilhões em 2023. Este é o verdadeiro "rombo fiscal"

Há hoje um debate sobre o futuro do teto de gastos, uma excrecência inventada em 2016 para impedir a "gastança" por parte dos governos. Quando a mídia econômica fala em gastança, a primeira impressão que se tem é a de que o "teto" foi criado para reduzir o enorme gasto público – de quase um trilhão de reais anuais – com juros da dívida pública.

De fato, ao tomarmos conhecimento, segundo dados oficiais, de que, dos R\$ 5,3 trilhões previstos no Orçamento de 2023, os gastos com o refinanciamento (juros e amortizações) da dívida consumirão R\$ 3,33 trilhões, ou seja, 66% dos recursos orçamentários, o que vem a mente é que essa é a verdadeira "gastança". Confirmando isso, constatamos que só de juros foram gastos em 2022 R\$ 700 bilhões e, com a atual Selic, podem chegar a R\$ 800 bilhões em 2023.

Mas, a "gastança" a que se referem os "analistas" econômicos, geralmente ligados aos bancos, e demais porta-vozes do falido neoliberalismo, não é essa. Não é a essa montanha de dinheiro desviada do orçamento da União – ou seja, do conjunto da sociedade – para os rentistas, que eles estão se referindo. O "teto de gastos" não se preocupa com isso. Ele só é válido para os gastos com investimentos, com o funcionamento de serviços públicos e com os programas sociais. Ou seja, só é considerado "gastança" quando o dinheiro vai para o povo. Quando é para os bancos, eles chamam de "responsabilidade fiscal".

Economistas renomados, como Monica de Bolle e André Lara Resende, têm alertado para a falência do que eles chamam de "fiscalismo à brasileira", um verdadeiro freio ao desenvolvimento da economia do país. Aliás, não só um freio ao crescimento, mas também um fator de destruição da indústria brasileira, um setor que já representou 25% do PIB (Produto Interno Bruto) e hoje não passa de 11%. Como disse Geraldo Alckmin em sua posse no Ministério da Indústria e Comércio, "de 1980 a 2020, o Brasil cresceu 20%, os EUA dobraram sua economia e a China, que tinha uma indústria menor que a do Brasil, cresceu 47 vezes neste mesmo período".

O problema do Brasil é anterior ao teto. Os problemas começaram mesmo no início da década de 1990, após o "Consenso de Washington" – reunião de bancos, principalmente americanos, que impôs restrições fiscais, abertura indiscriminada de mercado e privatizações aos países da periferia – o Brasil convive com "ferrolhos" fiscais de todo tipo, que impedem o crescimento do país. A mal chamada Lei de Responsabilidade Fiscal e o tripé macroeconômico fizeram parte deste sistema restritivo ao desenvolvimento nacional. O teto representou essa ideia levada ao extremo por Temer, Bolsonaro e Paulo Guedes.

"Reza o fiscalismo que programas sociais são inflacionários", diz Monica de Bolle. "Direcionar tantos recursos aos mais pobres causará danos profundos a essas mesmas pessoas pela via inflacionária", acrescenta a economista.

"Examinemos esse argumento, e quem são as pessoas que o defendem", diz ela. "Começemos com a Selic, a taxa de juros de referência determinada pelo Banco Central, de 13,75% ao ano. Lembremos que a inflação estimada para 2022 é de cerca de 5,8%. A taxa de juros real é a diferença entre os juros nominais (a Selic, por exemplo) e a inflação. Logo, os juros reais brasileiros estão em inacreditáveis 8%, ou perto disso. Não há país no mundo que chegue perto de tamanho desequilíbrio", afirma a professora, em artigo recentemente publicado pelo HP.

QUEM GANHA SÃO OS MESMOS

"Quem recebe o grotesco diferencial de juros da dívida com a Selic nas alturas? Os detentores de títulos públicos. E quem são eles? Ah, adivinhem... são os mesmos que só falam de despesa primária e sequer tocam na despesa financeira do governo. Por quê? Porque a despesa financeira do governo, os pagamentos de juros exorbitantes para lá de incompatíveis com a inflação estimada e esperada, representam uma parte da renda que credores/fiscalistas recebem. Está dado o conflito distributivo e a historinha fiscalista", arremata a economista membro sênior do Peterson Institute for International Economics e professora da Universidade Johns Hopkins e ex-diretora do Instituto de Estudos de Política Econômica (IEPE | Casa das Garças).

O professor Lara Resende já vem há algum tempo denunciando as restrições fiscais e suas consequências nefastas para o Brasil. "A teoria macroeconômica está sendo revista no mundo há pelo menos uns dez anos, mas no Brasil houve uma radicalização do dogmatismo, expressa na ideia de que a boa política macroeconômica se resume a equilibrar o orçamento público em todas as circunstâncias", diz o autor.

"No Brasil", destacou Resende, "só se defende esse modelo [neoliberal]. Basta ler os jornais. O curioso é como conseguem justificar essa postura e defender simultaneamente o aumento da taxa de juros pelo Banco Central em 12 pontos percentuais em seis meses, que faz crescer a despesa com a dívida pública".

SÉRGIO CRUZ

Leia a matéria na íntegra no HP: <https://horadopovo.com.br/gastanca-a-ser-contida-sao-os-quase-um-trilhao-de-reais-so-de-juros/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679 E-mail: hjr@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000 Fone-fax: (61) 3226-5934 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480 E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603 E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Fiesp repudia vândalos e apoia punição severa para golpistas



"Todos, sem exceção, que tomaram parte nesta absurda sedição precisam ser punidos", destacou Josué Gomes, presidente da Fiesp



Vândalos depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso e o STF no domingo (8)

"O esgotamento do fiscalismo à brasileira", por Monica de Bolle

"Quem recebe o grotesco diferencial de juros da dívida com a Selic nas alturas? Os detentores de títulos públicos. E quem são eles? Ah, adivinhem... são os mesmos que só falam de despesa primária e sequer tocam na despesa financeira do governo"

A professora Monica de Bolle, economista, ex-diretora do Instituto de Estudos de Política Econômica (IEPE | Casa das Garças) e atualmente membro sênior do Peterson Institute for International Economics e professora da Universidade Johns Hopkins, crítica, no artigo intitulado "O esgotamento do fiscalismo à brasileira", que reproduzimos abaixo, a reação do chamado mercado às primeiras medidas econômicas tomadas pelo governo Lula.

O ESGOTAMENTO DO FISCALISMO À BRASILEIRA

MONICA DE BOLLE (*)

Hoje é dia 4 de janeiro. Estamos no terceiro dia do novo governo. No terceiro dia já há gente dizendo que tudo está sendo feito de forma errada na economia "apesar da herança de Bolsonaro". Para quem tem o privilégio e, muitas vezes, o desprezador, de observar o Brasil de "longe", os alardes soam absurdos. Como é possível estar tudo errado na economia no terceiro dia de um governo? Como é possível fazer tais afirmações taxativas sem que existam outras intenções? Existem outras intenções.

Há alertas e críticas que são feitos para o bem do País, mas não esses. Esses pretendem apenas continuar a ocultar aquilo que se torna cada vez mais visível para a população: o fiscalismo é tão somente defesa de interesses por intermédio do uso de falácias econômicas.

As falácias ainda são facilmente engolidas por parte da mídia, mas não mais por quem sentiu o resultado do fiscalismo diretamente: a avenida aberta para a ascensão de Bolsonaro.

Reza o fiscalismo que programas sociais são inflacionários. Direcionar tantos recursos aos mais pobres causará danos profundos a essas mesmas pessoas pela via inflacionária. Examinemos esse argumento, e quem são as pessoas que o defendem. Começemos com a Selic, a taxa de juros de referência determinada pelo Banco Central, de 13,75% ao ano. Lembremos que a inflação estimada para 2022 é de cerca de 5,8%. A taxa de juros real é a diferença entre os juros nominais (a Selic, por exemplo) e a inflação. Logo, os juros reais brasileiros estão em inacreditáveis 8%, ou perto disso. Não há país no mundo que chegue perto de tamanho desequilíbrio.

Quem são as pessoas que soam alarmes inflacionários quando se fala em despesas com programas sociais? Por óbvio não são aquelas por eles beneficiados, mas aquelas

que não querem ouvir falar de reformas tributárias progressivas, ainda que falem em "necessidade de reforma tributária".

Os fiscalistas há anos dizem que a carga tributária brasileira já é demasiado elevada. Ora, elevada para quem? Não para eles, cuja renda é majoritariamente composta de lucros e dividendos – renda que, no Brasil, não é tributada. Os fiscalistas, em sua maioria, são subtributados.

Mas não é "só isso". Os fiscalistas no Brasil, muitos donos ou sócios ou associados a fundos de investimento, também pagam poucos impostos como proporção da renda visto que os tributos no Brasil recaem, sobretudo, no consumo. Quem paga mais tributos sobre o consumo? Como proporção da renda, são os mais pobres, não os mais ricos. Programas sociais para os mais pobres, vejam só, até se autofinanciam em parte: como a carga tributária incide sobre o consumo e os mais pobres consomem mais, essas pessoas ajudam a elevar a receita do governo que paga, em parte, pelos programas que recebem.

Não para aí a hipocrisia. Quem recebe o grotesco diferencial de juros da dívida com a Selic nas alturas? Os detentores de títulos públicos. E quem são eles? Ah, adivinhem... são os mesmos que só falam de despesa primária e sequer tocam na despesa financeira do governo. Por quê? Porque a despesa financeira do governo, os pagamentos de juros exorbitantes para lá de incompatíveis com a inflação estimada e esperada, representam uma parte da renda que credores/fiscalistas recebem.

Está dado o conflito distributivo e a historinha fiscalista. Para ocultar os ganhos que recebem e que, simultaneamente, paralisa a economia – quem em sã consciência vai investir quando as taxas de juros reais estão em 8%? – vendem as falácias econômicas nos jornais e em parte da imprensa. Quanto mais alarde, melhor.

Ocorre que, a discussão da PEC de Transição, entre outros debates recentes, expôs aquilo que se oferece como "responsabilidade fiscal". Tentaram de toda forma – por meio de cartas, entrevistas, colunas – impedir que os programas sociais fossem devidamente financiados.

Mas eis que os programas sociais estão enquadrados na Constituição Federal como Direitos Fundamentais. Rebaixá-los equivale a rebaixar a força normativa da Constituição. Durante seis anos, foi exatamente isso que o Teto de Gastos defendido por fiscalistas fez. Quando se baixa a Constituição, abrem-se as portas para o desfilé dos anti-democratas. A ultradireita anti-democrática é fruto do fiscalismo excessivo que enfraqueceu a Constituição, queiram os fiscalistas aceitar o resultado de sua tecnocracia cega ou não. Nada nesse mundo escapa às forças da política, nem mesmo o puritanismo tecnocrático.

Com a derrocada do Teto, temos a chance de não mais permitir o rebaixamento da Constituição. Temos a chance de enquadrar a discussão econômica dentro dos marcos constitucionais, e não tratá-la como algo que transcende a Lei das Leis.

Temos a chance de olhar a hipocrisia nos olhos e de dizer "Chega". O fiscalismo hipócrita está em vias de esgotamento. Feliz ano novo.

(*) Monica de Bolle é economista e escritora. Atualmente é membro sênior do Peterson Institute for International Economics e professora da SAIS | Universidade Johns Hopkins. Foi diretora do Instituto de Estudos de Política Econômica (IEPE | Casa das Garças). Também trabalhou no Fundo Monetário Internacional e tem PhD em Economia pela London School of Economics and Political Science. Publicado originalmente em Monica's Newsletter

"O Estado de Direito foi ferido. A invasão do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, neste domingo, por vândalos equiparados a terroristas é consequência dos sólidos antecedentes, não apenas retóricos, que indicavam o desenvolvimento de uma trama com intenções golpistas", afirma Josué Gomes da Silva

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) divulgou nota em que condenou os ataques terroristas cometidos por bolsionistas no domingo (8) em Brasília. O presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, destacou no comunicado, intitulado "Em Defesa da Democracia", que no domingo "infelizmente, aconteceram os graves eventos que buscávamos prevenir com o ato cívico histórico promovido em 11 de Agosto, no Largo São Francisco, quando diversas entidades da sociedade civil, incluindo a FIESP, subscreveram o documento Em Defesa da Democracia e da Justiça. O Estado de Direito foi ferido", afirmou.

Josué Gomes da Silva destacou que "a invasão do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, neste domingo, por vândalos equiparados a terroristas é consequência dos sólidos antecedentes, não apenas retóricos, que indicavam o desenvolvimento de uma trama com intenções golpistas. O pior aconteceu, e alguns subversivos hostis aos fundamentos do Estado de Direito marcharam sobre a Capital Federal neste domingo com o intuito de provocar, pela força da violência, um golpe contra a Constituição e contra os poderes da República, em suas expressões mais simbólicas e representativas", escreveu.

"A resposta de repúdio da sociedade tem de ser contundente, apoiando a aplicação mais severa dos termos da lei aos agressores da Democracia e da civilização. Todos, sem exceção, que tomaram parte nesta absurda sedição precisam ser punidos", exigiu Gomes da Silva. "Como dissemos no documento Em Defesa da Democracia: 'A estabilidade democrática, o respeito ao Estado de Direito e o desenvolvimento são condições indispensáveis para o Brasil superar os seus principais desafios'", concluiu o documento.

FIRJAN

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) também divulgou nota condenando a invasão das sedes dos Três Poderes, em Brasília, por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que depredaram e saquearam o patrimônio público.

A entidade afirma que "são condenáveis os atos que extrapolam os limites da Democracia, promovem depredação do patrimônio público e o desrespeito às instituições e aos símbolos do Estado, como os que ocorreram em Brasília, neste domingo (8). A Firjan reafirma seu compromisso com a Democracia e com a construção de um ambiente econômico, social e político que caminhe na direção do desenvolvimento do país".

CNI, CNC, Febraban e Ciesp condenam atos terroristas e defendem punição exemplar

Em nota, entidades repudiaram a destruição do patrimônio nacional e os ataques à democracia

Empresários e banqueiros divulgaram notas repudiando os atos terroristas em Brasília neste domingo (8) por apoiadores de Jair Bolsonaro que promoveram depredações no Palácio do Planalto, no Supremo Tribunal Federal e no Congresso Nacional.

Em nota, Isaac Sidney, presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), repudiou as agressões ao patrimônio público nacional e exigiu e defendeu firme reação do Estado.

"Com mais de meio de século de existência, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), integrante da institucionalidade do País, repudia com veemência as agressões ao patrimônio público nacional e a violência contra as instituições que representam o Estado Democrático de Direito. As cenas de desordem e quebra-quebra perpetradas na tarde deste domingo (8 de janeiro) em Brasília causam profunda perplexidade institucional, que exigem firme reação do Estado", diz a nota da Febraban.

"A Confederação Nacional da Indústria (CNI) é veementemente contra todo e qualquer tipo de manifestação antidemocrática. Os responsáveis pelos atos terroristas devem ser punidos na forma da lei de maneira exemplar", afirma a nota assinada pelo presidente Robson Braga de Andrade. "O Brasil elegeu seu novo presidente da República democraticamente, pelo voto nas urnas. A vontade da

maioria do povo brasileiro deve ser respeitada e honrada. Tais atos violentos são manifestações antidemocráticas e ilegítimas que atacam os três Poderes de maneira vil. O governo e as instituições precisam voltar a funcionar dentro da normalidade, pois o Brasil tem um desafio muito grande de voltar a crescer, gerar empregos e riqueza e alcançar maior justiça social".

"Em relação à ocupação e depredação das sedes dos Três Poderes, em Brasília, neste domingo, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) manifesta o seu mais profundo repúdio aos atos antidemocráticos e reafirma o compromisso com os valores do Estado Democrático de Direito", diz a nota da entidade. "A Confederação confia na apuração e punição dos responsáveis pelos crimes praticados contra a decisão manifesta nas urnas pela sociedade brasileira".

"O Brasil precisa de paz para produzir e voltar a crescer. Atos antidemocráticos contra os poderes constituídos da República, vandalismo e ataques ao patrimônio público agridem o estado de direito. Estamos, nós e o mundo, estarecidos diante dos fatos que aconteceram em Brasília (DF). Faltando bom senso, segurança e ordem, o Brasil não avançará", manifestou Rafael Cervone, presidente da Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo).

Alimentos sobem quase o dobro da inflação no governo Bolsonaro

O preço dos alimentos subiu, em média, 57% nos tenebrosos quatro anos de governo Bolsonaro. O resultado da política do governo que se encerrou castigou sobretudo os mais pobres e foi um dos fatores responsáveis pelo aumento da fome e miséria a índices que não eram vistos há pelo menos três décadas, atingindo 33 milhões de brasileiros.

A síntese de dados do período que abarca o começo de 2019 até o final de 2022 é da Folha de São Paulo, com base em informações da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) divulgadas esta semana. A pesquisa expõe que os preços dos alimentos subiram em média 56,6%, bem acima da inflação geral do período que foi de 29,8%, e alguns itens acumularam reajustes que beiram os 200% no período.

As principais altas foram em produtos básicos na mesa dos brasileiros: cebola (+189,1%), óleo de soja (+164%), batata (+110,8%), feijão (+109,8%), arroz (+66,8%), café (+88,8%), leite (+69%) e o pão (+43,2%). Para equilibrar as rendas rebaixadas ou inexistentes, o que se viu foi uma grande parcela da população tirar as carnes das listas de compras. Para outra grande parcela, o resultado foi a desoladora cena de filas de pessoas recolhendo carcaças e ossos nas portas dos supermercados.

Um quilo de acém, por exemplo, ficou 93,6% mais caro. A linguça subiu 86,9%; os ovos, 78,3%. O frango, alternativa mais barata para a maioria, subiu 78%. Não é à toa que um dos compromissos da campanha que elegeu Lula presidente do Brasil pela terceira vez é trazer de volta a carne para a mesa do brasileiro.

Intervenção no DF e 1.500 presos: resposta ao terror



Reprodução

Presidente lê seu discurso de posse “Voltei para reerguer o edifício de direitos e valores nacionais”, disse Lula, em sua posse dia 1º

Representantes de 120 países estiveram na solenidade. Multidão de mais de 300 mil acompanhou em Brasília. “Democracia para sempre!” Em belo pronunciamento, no ato de posse, no Congresso Nacional, o presidente Lula dedicou sua vitória à “Frente Democrática”. Destacou que “a cidadania” é outro nome da democracia e que a sua garantia é o cumprimento dos direitos sociais previstos na Constituição.

Afirmou seu compromisso principal em tirar 30 milhões de brasileiros da fome e mais de 100 milhões de insegurança alimentar, acabar com as vergonhosas filas do INSS, o fortalecimento do SUS, o aumento real para o salário mínimo, salário igual para homens e mulheres e “o fim do teto de gastos”.

Defendeu o desenvolvimento baseado no crescimento do mercado interno e na reindustrialização. E concluiu “minha mais importante missão será honrar a confiança recebida e corresponder às esperanças de um povo sofrido. O Brasil tem que ser dono de si mesmo”.

A seguir parte do discurso.

SENHORAS E SENHORES PARLAMENTARES

Pela terceira vez compareço a este Congresso Nacional para agradecer ao povo brasileiro o voto de confiança que recebemos. Renovo o juramento de fidelidade à Constituição da República, junto com o vice-presidente Geraldo Alckmin e os ministros que conosco vão trabalhar pelo Brasil. Se estamos aqui, hoje, é graças à consciência política da sociedade brasileira e à frente democrática que formamos ao longo desta histórica campanha eleitoral.

Foi a democracia a grande vencedora nesta eleição, superando a maior mobilização de recursos públicos e privados que já se viu; e as mais violentas ameaças à liberdade do voto, a mais abjeta campanha de mentiras e de ódio tramada para manipular e constrianger o eleitorado.

Nunca os recursos do estado foram tão desvirtuados em proveito de um projeto autoritário de poder. Nunca a máquina pública foi tão desencaminhada dos controles republicanos. Nunca os eleitores foram tão constriangidos pelo poder econômico e por mentiras disseminadas em escala industrial.

Apesar de tudo, a decisão das urnas prevaleceu, graças a um sistema eleitoral internacionalmente reconhecido por sua eficácia na captação e apuração dos votos. Foi fundamental a atitude corajosa do Poder Judiciário, especialmente do Tribunal Superior Eleitoral, para fazer prevalecer a verdade das urnas sobre a violência de seus detratores.

SENHORAS E SENHORES PARLAMENTARES,

Ao retornar a este plenário da Câmara dos Deputados, onde participei da Assembleia Constituinte de 1988, recorro com emoção aos embates que travamos aqui, democraticamente, para inscrever na Constituição o mais amplo conjunto de direitos sociais, individuais e coletivos, em benefício da população e da soberania nacional.

Vinte anos atrás, quando fui eleito presidente pela primeira vez, ao lado do companheiro vice-presidente José Alencar, iniciei o discurso de posse com a palavra “mudança”. A mudança que pretendíamos era simplesmente concretizar os preceitos constitucionais. A começar pelo direito à vida digna, sem fome, com acesso ao emprego, saúde e educação.

Disse, naquela ocasião, que a missão de minha vida estaria cumprida quando cada brasileiro e brasileira pudesse fazer três refeições por dia.

Ter de repetir este compromisso no dia de hoje — diante do avanço da miséria e do regresso da fome, que havíamos superado — é o mais grave sintoma da devastação que se impôs aos pais nos anos recentes.

Hoje, nossa mensagem ao Brasil é de esperança e reconstrução. O grande edifício de direitos, de soberania e de desenvolvimento que esta Nação levantou, a partir de 1988, vinha sendo sistematicamente demolida nos anos recentes. É para reerguer este edifício de direitos e valores nacionais que vamos dirigir todos os nossos esforços.

SENHORAS E SENHORES,

Em 2002, dizíamos que a esperança tinha vencido o medo, no sentido de superar os temores diante da inédita eleição de um representante da classe trabalhadora para presidir os destinos do país. Em oito anos de governo deixamos claro que os temores eram infundados. Do contrário, não estaríamos aqui novamente.

Ficou demonstrado que um representante da classe trabalhadora podia, sim, dialogar com a sociedade para promover o crescimento econômico de forma sustentável e em benefício de todos, especialmente dos mais necessitados. Ficou demonstrado que era possível, sim, governar este país com a mais ampla participação social, incluindo os trabalhadores e os mais pobres no orçamento e nas decisões de governo.

Ao longo desta campanha eleitoral vi a esperança brilhar nos olhos de um povo sofrido, em decorrência da destruição de políticas públicas que promoviam a cidadania, os direitos essenciais, a saúde e a educação. Vi o sonho de uma Pátria generosa, que ofereça oportunidades a seus filhos e filhas, em que a solidariedade ativa seja mais forte que o individualismo cego.

O diagnóstico que recebemos do Gabinete de Transição de Governo é estarrecedor. Esvaziaram os recursos da Saúde. Desmontaram a Educação, a Cultura, Ciência e Tecnologia. Destruíram a proteção ao Meio Ambiente. Não deixaram recursos para a merenda escolar, a vacinação, a segurança pública, a proteção às florestas, a assistência social.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br



Reprodução

Bolsonaristas presos em flagrante por aterrorizarem o Distrito Federal “Golpistas e criminosos não tiveram êxito e serão punidos”, afirmou o ministro da Justiça

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse, na tarde desta segunda-feira (9), que 1,5 mil pessoas foram detidas ou presas até esta tarde. Segundo o ministro, são 209 prisões em flagrante e 1,2 mil extremistas sendo ouvidos. Eles serão enviados pela Polícia Civil para o Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, onde aguardarão a audiência de custódia. O procedimento avalia formalidades do processo de prisão.

Flávio Dino avaliou que, “de um modo geral, esses eventos não obtiveram êxito, que era gerar uma espécie de efeito dominó”. “Alguns acreditavam que a partir do momento de subida da rampa, se produzisse uma sensação de anomia [anarquia, caos]”, disse o ministro.

Ele elogiou a atuação do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, após os ataques em Brasília no domingo (8). “Quero fazer uma veemente defesa da correção, lealdade, sinceridade do ministro ao comandar uma das áreas mais difíceis do governo. Ele optou por um caminho de diálogo com as instituições militares, e ele não pode ser condenado por isso”.

“O resultado pode levar a julgamentos precipitados. Eu prefiro acreditar que o ministro Múcio, nas condições difíceis em que ele atua, fez o máximo com sinceridade e com lealdade”, completou. Ele seguiu sua fala ao comentar o trabalho das Forças Armadas que, segundo ele, “se mantiveram fiéis à legalidade democrática”.

“O fato é que as For-

ças Armadas Brasileiras até aqui se mantiveram fiéis à legalidade democrática, e isso é um evento que deve ser saudado e homenageado pelos democratas em nosso país”, destacou.

“No que se refere às instituições civis e militares, há noção da plena importância da manutenção da Constituição e democracia. Golpistas e criminosos não tiveram êxito em seus intentos de ruptura da lei. Estamos tomando providências complementares para que esta tendência se mantenha”, disse.

Segundo o ministro, os terroristas serão enquadrados pelo crime previsto no artigo 359-M do Código Penal: o de tentar depor governo legitimamente constituído. A pena é de 4 a 12 anos de prisão. O artigo foi incluído na legislação penal por uma lei aprovada pelo Congresso em 2021.

“É considerado um flagrante, e as providências de polícia judiciária serão tomadas. Caberá ao Poder Judiciário dar resposta final quanto ao que ocorrerá com eles. Alguns serão submetidos à audiência de custódia; outros podem, eventualmente, receber o benefício da liberdade provisória”, adiantou Dino, durante coletiva de imprensa.

Ele informou que haverá a abertura de três inquéritos para investigar os ataques ao Congresso, STF (Supremo Tribunal Federal) e Palácio do Planalto. “A intenção é saber quem são as pessoas que participaram dos atos e quem são os financiadores, que ainda estão sendo identificados”, afirmou Dino, informando que haverá mais

prisões.

O ministro também anunciou a vinda ao DF de 500 homens da Força Nacional, além de policiais de 10 estados. Todos trabalharão na segurança do Distrito Federal. “Esse contingente visa apoiar as providências que nós estamos adotando ao longo dessa semana, sobretudo na proteção à Esplanada, Praça dos Três Poderes. E, com isso, o contingente da polícia do Distrito Federal poder retornar às suas funções normais”, destacou o ministro.

Segundo Dino, além das 209 pessoas presas em flagrante no domingo (8), houve atuação da PRF nas estradas. “Chegamos a ter ontem nove rodovias federais interditadas, a PRF agiu imediatamente, não houve resistência e as rodovias foram desobstruídas. A PRF efetuou a apreensão de 40 ônibus, alguns em deslocamento em saída de Brasília por estradas federais. Em um deles havia arma de fogo, o que mostra uma preparação para atos de violência”, explicou o ministro.

Questionado sobre a atuação do governo no episódio, Flávio Dino defendeu as ações tomadas. Ele disse que tudo que ele podia fazer, dentro de sua jurisdição, foi feito. O ministro creditou os problemas que ocorreram à mudança unilateral, por parte do governo de Brasília, do plano de segurança previamente acertado com o governador. Ele voltou a dizer que ficou sabendo da mudança dos planos na noite anterior aos eventos e que recebeu do governador a informação de que estava tudo sob controle.

Vinte e dois partidos condenam os terroristas e ataques à democracia

Todas as siglas partidárias com representação no Congresso (22 legendas) se colocaram contra os atos golpistas que vandalizaram as sedes dos poderes da República.

Partidos das mais diversas tendências políticas — MDB, PT, PCdoB, PSB, PSD, Agir, Cidadania, PV, Avante, Progressistas, PSTU, PCB, PCO, Podemos, PSol, PL, Pros, Solidariedade, Rede, UP, União Brasil e Novo — divulgaram notas oficiais, em que deixaram clara a oposição aos ataques perpetrados por jagunços bolsonaristas contra os três Poderes no domingo (8), em Brasília, que resultaram em terror, vandalismo, saques, violência e depredações ao patrimônio público.

O presidente do PL,

Valdemar Costa Neto, partido ao qual Bolsonaro é filiado, condenou os atos de vandalismo. Ainda, esforçou-se em vão para eximir o ex-presidente golpista de ter envolvido nos atos de terror amplamente condenados pela sociedade brasileira.

Outros partidos que fizeram parte da base do governo Bolsonaro também repudiaram a violência na Praça dos Três Poderes. Foi o caso do PP, que por meio de nota, condenou os “atos criminosos contra a democracia”.

O Republicanos, que também compôs a base do governo Bolsonaro, disse “repudiar qualquer manifestação que ultrapasse os limites democráticos”.

A presidente nacional do Podemos, deputada Renata Azeiteiro (SP), qua-

lificou os atos de domingo em Brasília como “inadmissíveis”.

O Cidadania foi favorável à intervenção no GDF (governo do Distrito Federal). O partido alerta para a repercussão mundial que a tentativa de golpe de Estado teve, só possível, segundo a legenda, devido à “incapacidade, senão desídia, do governador afastado Ibaneis Rocha e do então secretário de Segurança Pública, Anderson Torres”.

O PSDB também defendeu a prisão imediata dos envolvidos na tentativa de golpe.

Para o MDB, “a turba irracional abandonou os xingamentos nas redes sociais para violentar a Nação brasileira”.

M. V.

Outro resultado foi que “as Forças Armadas se mantiveram fiéis à legalidade democrática”, destacou o ministro da Justiça, Flávio Dino

O ministro da Justiça de Lula, Flávio Dino enfatizou, em entrevista nesta segunda-feira (9), que as ações do governo federal, adotadas na hora certa, foram decisivas para que os golpistas e criminosos não tivessem êxito em seus intentos de ruptura da lei.

Ele fez questão de frisar esse fato diante de certas avaliações, difundidas por parte da mídia, de que o governo federal não teria agido adequadamente ante os atos terroristas.

Flávio Dino chamou a atenção para o resultado final das ações. Mil e quinhentas pessoas foram presas e o governo federal interveio na Segurança do Distrito Federal. “No que se refere às instituições civis e militares, há noção da plena importância da manutenção da Constituição e democracia. Golpistas e criminosos não tiveram êxito em seus intentos de ruptura da lei”, disse o ministro.

Ele destacou, também, que tudo o que podia ser feito pelo Ministério da Justiça, ou seja, as ações de competência constitucional do governo federal, antes dos episódios de terror bolsonarista, foram feitas. “Foi acionada a Força Nacional de Segurança e o efetivo da Polícia Federal. Frente à mudança unilateral do plano de segurança que havia sido acordado com o GDF, bem como suas trágicas consequências, o governo federal imediatamente decidiu pela intervenção”.

O resultado desta decisão foi quase instantâneo. Em menos de uma hora, os terroristas já estavam longe da Praça dos Três Poderes, sendo que mui-

Lula reúne 27 Estados contra o terrorismo: “os golpistas querem golpe e não vai ter”

O tiro saiu pela culatra. O extremismo, o terrorismo e o fascismo foram derrotados. A mesma rampa que foi usada por terroristas que depredaram o Palácio do Planalto, no domingo (8), foi usada, nesta segunda-feira (9), pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os 27 governadores de Estado que a desceram para ir a pé até o Supremo Tribunal Federal (STF) prestar solidariedade à Corte Suprema do País, que fica a cerca de 300 metros do Planalto.

Este foi um dos gestos mais simbólicos depois da tentativa de os apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) terem invadido e depredado as sedes dos Três Poderes da República — o Legislativo (Congresso), o Executivo (Palácio do Planalto) e o Judiciário (STF). “Eles querem golpe [de Estado] e não vai ter”, enfatizou Lula, que depois da breve fala convidou a todos os presentes à reunião a irem a pé até o STF.

No discurso aos governadores, o presidente Lula agradeceu pela solidariedade prestada e criticou duramente os terroristas.

“Vocês vieram prestar solidariedade ao país e à democracia. O que nós vimos ontem foi uma coisa que já estava prevista. Isso tinha sido anunciado há algum tempo atrás. As pessoas não tinham pauta de reivindicação. Eles estavam reivindicando golpe, era a única coisa que se ouvia falar”, assinalou.

Presidente também enfatizou a necessidade de desmascarar e punir os financiadores dos atos golpistas. E criticou com firmeza a omissão e a negligência das autoridades de segurança de Brasília diante dos golpistas bolsonaristas. “A polícia de Brasília negligenciou. A inteligência de Brasília negligenciou. É fácil a gente ver os policiais conversando com os invasores. Não vamos ser autoritários com ninguém, mas não seremos mornos com ninguém. Nós vamos encontrar quem financiou [os atos golpistas]”, frisou.

“Nós não vamos permitir que a democracia escape das nossas mãos, porque é a única chance de a gente garantir que esse povo humilde consiga comer três vezes ao dia, ou ter direito de trabalhar”, continuou Lula em pronunciamento no final da reunião.

“Em nome de defender a democracia, não vamos ser autoritários com ninguém, mas não seremos mornos com ninguém. Vamos investigar e vamos chegar a quem financiou”, prosseguiu.

O presidente responsabilizou Bolsonaro pelos ataques golpistas

tos deles já tinham sido presos. Quarenta ônibus dos criminosos foram apreendidos. Na mesma noite de domingo, foram feitas 209 prisões em flagrante e na manhã seguinte mais 1,2 mil terroristas foram detidos e o QG do vandalismo foi desmontado. Tudo foi feito com a ajuda do Exército Brasileiro. Além disso, nove estradas bloqueadas por fascistas foram desbloqueadas pela Polícia Rodoviária Federal.

As análises pessimistas sobre o que ocorreu em Brasília no último fim de semana não levam em conta adequadamente todos esses resultados e o quanto isolado ficou o bolsonarismo após o que ocorreu. E também não aquilatar adequadamente a importância de vencer o quadro grave que foi provocado pela inoculação de ideologias “exóticas e golpistas”, como diz Flávio Dino, nas cúpulas e bases das forças de segurança do país por parte de Jair Bolsonaro.

Esta grave divisão imposta às forças de segurança foi superada graças a essas ações colocadas em prática no momento certo e na dose certa pelo governo federal. “Alguns acreditavam que a partir do momento de subida da rampa, se produzisse uma sensação de anomia”, disse o ministro. Não aconteceu nada disso e os terroristas acabaram presos.

Dino chamou a atenção também para outra vitória importante. “As Forças Armadas se mantiveram fiéis à legalidade democrática”. O ministro fez questão de dizer que “isso é um evento que deve ser saudado e homenageado pelos democratas em nosso país”. Em suma, o golpe bolsonarista falhou mais uma vez e a democracia se fortaleceu.

Sem citar o nome do ex-presidente golpista, Lula disse que “o que estamos fazendo aqui é tentar reparar um defeito de lá atrás, quando se começou a se negar tudo neste país”. E citou que, após o resultado da eleição, uma parte dos apoiadores de Bolsonaro “começou a reivindicar a negação da urna eletrônica”, mas “já foi provado que é a coisa mais evoluída em termos eleitorais”.

“O que eles querem é golpe, e golpe não vai ter”, completou Lula.

O governador do Pará, Hélder Barbalho (MDB), que articulou o encontro, e fez uma fala representando os governadores da Região Norte, disse que a defesa da democracia foi o que uniu todos no ato.

“É importante ressaltar que este fórum [de governadores] se reúne respeitando as diversas matizes políticas que compõem a pluralidade ideológica e partidária do nosso país, mas todos têm uma causa inegociável, que nos une: a democracia”, destacou

Pela Região Sul, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), destacou ações conjuntas deflagradas pelos Estados para manter a ordem no Distrito Federal e desmobilização de acampamentos golpistas nas unidades da federação. “Além de estar disponibilizando efetivo policial, estamos atuando de forma sinérgica em sintonia para a manutenção da ordem nos nossos estados”, disse Leite.

BOLSONARO ISOLADO
Ex-ministro e aliado de Jair Bolsonaro (PL), o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), também discursou representando os governadores dos Estados da região Sudeste.

“Estou muito feliz de estar participando dessa reunião e enaltecer a capacidade de diálogo. Peço a Deus que nos proporcione sabedoria para que a gente construa a pacificação. Lembrando que a pacificação demanda gestos, gestos de todos, do Legislativo, Executivo, Judiciário, estados”, disse.

OBJETIVO DA REUNIÃO
O encontro foi acertado durante reunião do Fórum de Governadores, ainda na noite do domingo. “O Fórum dos Governadores se reuniu agora à noite e reafirma indignação e repúdio veementes diante dos atos golpistas, terroristas ocorridos em Brasília que afrontam a nossa Constituição”, disse a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), por meio do *Twitter*.

Bolsonaristas destruíram obras de arte na Praça dos Três Poderes

“Estarrecedor tudo que estamos vivendo desde os ataques terroristas deste domingo”, disse a ministra da Cultura ao apresentar levantamento da destruição

O Palácio do Planalto divulgou nesta segunda-feira (9) um balanço preliminar de itens que foram danificados – e também roubados – durante a invasão de golpistas terroristas, apoiadores de Jair Bolsonaro, aos prédios dos três poderes neste domingo (8).

De acordo com o governo, ainda não foi feito um levantamento “minucioso” das peças destruídas, mas o levantamento inicial revela danos em pinturas, escultura e peças de mobiliário.

“Os terroristas que invadiram o Palácio do Planalto neste domingo vandalizaram e destruíram parte importante do acervo artístico e arquitetônico ali reunido e que representa um capítulo importante da história nacional”, cita trecho da nota.

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, é “estarrecedor tudo que estamos vivendo desde os ataques terroristas deste domingo”. De acordo com ela, já foi acionando um grupo de especialistas e restauradores trabalhando no processo de recuperação e restauração do patrimônio depredado.

A ministra convocou uma reunião com os técnicos do Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional para avaliar os danos aos bens públicos no Congresso, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal (STF).

Imagens compartilhadas nas redes sociais mostram muitos itens que foram danificados durante a ações terroristas nos prédios dos três poderes. A obra “As Mulatas”, de Di Cavalcanti, cujo preço estimado é de R\$ 8 milhões, está entre as peças destruídas. Também consta dessa lista, a escultura “O Flautista”, de Bruno Jorge, avaliada em R\$ 250 mil; e uma em madeira, de Frans Krajcberg, estimada em R\$ 300 mil.

BANDEIRA DO BRASIL

A “Bandeira do Brasil”, de Jorge Eduardo, de 1995, que reproduz a bandeira nacional hasteada em frente ao palácio e serviu de cenário para pronunciamentos dos presidentes, foi encontrada boiando. Uma prova irrefutável da falta de respeito ao patrimônio brasileiro, que afasta quaisquer indícios de sentimento de patriotismo por parte dos vândalos bolsonaristas que se auto intitulam patriotas.

O vitral “Araguaia”, de Marianne Peretti, localizado no Salão Verde da Câmara dos Deputados, também foi destruído; a escultura “A Justiça”, criação do artista belo-horizontino Alfredo Ceschiatti em 1961, foi pichada; o busto de Rui Barbosa, responsável pela criação do STF no modelo atual, em 1890, foi destruído.

Entre outros itens de valor histórico danificados pelos criminosos no STF, consta um tapete que, segundo informações do Supremo, pertenceu à Princesa Isabel; há registros de diversos outros quadros prejudicados ainda não identificados.

O corredor que dá acesso às salas dos ministérios que funcionam no Planalto foi vandalizado e muitos quadros rasurados ou quebrados, principalmente fotografias. O estado das obras ainda não foi analisado, pois ainda é aguardada a perícia e a limpeza do local.

Também houve danos ao mo-

“É hora de encerrar de uma vez por todas os intentos contra o a Democracia”, denuncia a OAB

“É hora de encerrar de uma vez por todas os intentos contra o Estado Democrático de Direito no país”, afirmou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em nota emitida, neste domingo (8), contra o ataque golpista realizado por apoiadores de Jair Bolsonaro (PL), que invadiram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF), também neste domingo.

“A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) considera inaceitável a invasão dos prédios públicos e os ataques desferidos contra os Três Poderes realizados neste domingo”, iniciou a nota da entidade.

Um ordem apontou que “além da depredação física, os ataques têm como objetivo o enfraquecimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e da Constituição Federal, que são os pilares do mais longo período democrático da história brasileira”.

“Tais atos devem ser repellidos pelas forças de segurança de acordo com as disposições legais. É hora de encerrar de uma vez por todas os intentos contra o Estado Democrático de Direito no país. Somente assim será possível buscar a pacificação necessária ao Brasil. Para isso, é preciso que os artífices dos levantes golpistas sejam identificados e punidos, sempre tendo acesso ao devido processo, à ampla defesa e ao contraditório”.

Por fim, a OAB lembrou que as liberdades de expressão e manifestação, protegidas pela Constituição Federal, “não incluem permissão para ações violentas nem para atentados contra o Estado Democrático de Direito”.

Em meio ao caos na capital federal, o ex-ministro da Justiça de Bolsonaro e atual secretário de Segurança do DF, Anderson Torres, foi exonerado do cargo.

O presidente Lula decretou intervenção federal no DF até 31 de janeiro. Mais de 400 de terroristas bolsonaristas já foram presos.

biliário dos prédios dos três poderes – cadeiras dos ministros do STF, porta do armário das togas do ministro do STF Alexandre de Moraes, objetos e móveis da sala da primeira-dama, Janja da Silva, vitral da artista plástica Marianne Peretti no Congresso Nacional –fora alvos dos terroristas de Bolsonaro.

Vitrines do Congresso e do Planalto que exibiam objetos históricos; vidraças do STF (foram pichadas); janelas do Congresso, do STF e do Planalto foram atacadas; presentes de autoridades estrangeiras foram saqueados pelos bandidos.

Imagens das redes sociais mostram ainda que os bolsonaristas pegaram uma réplica da Constituição de 1988. O item estava exposto no Salão Branco da Suprema Corte. A mesa de trabalho de Juscelino Kubitschek foi usada como barricada pelos terroristas. A avaliação das condições gerais ainda será feita.

Também a mesa-vitrine de Sérgio Rodrigues que abriga as informações do presidente em exercício teve o vidro quebrado; o brasão da República do plenário do STF também foi tirado e levados.

Até armas letais e documentos sigilosos também foram roubados do GSI (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República) pelo bando, apoiador de Jair Bolsonaro.

O ataque às instituições revoltou historiadores, artistas, políticos e internautas. A historiadora Lilia Moritz Schwarcz, professora titular da USP comentou o ocorrido: “Um trabalho de Emiliano Di Cavalcanti e muitas obras de arte que estavam nas paredes do Palácio do Planalto foram destruídas pelos terroristas criminosos”, lamentou.

Segundo a historiadora “toda vez que governos autoritários atacam a democracia, a arte sofre. O Museu Nacional da República também recebeu ameaças de bomba e por isso foi fechado”, disse ela.

A destruição da pintura de Di Cavalcanti também foi lamentada pela atriz Ana Beatriz Nogueira, da TV Globo. “Seis facadas... Dia triste e vergonhoso”, comentou em seu Instagram.

“Foi um presente a Dom João VI. Ele trouxe da Europa para o Brasil em 1808, então é um relógio que tinha certamente mais de 230 anos”, explicou o senador Randolphe Rodrigues (Rede/AP), em referência ao um relógio de pêndulo que estava no Palácio do Planalto e foi completamente destruído.

“Esse relógio era o relógio original, que estava aqui no Palácio do Planalto e foi totalmente destruído, danificado”. O valor dessa obra é inestimável, não tem paralelo”, acrescentou Randolphe, que é líder do governo no Congresso.

O diretor de curadoria dos palácios presidenciais, Rogério Carvalho, avalia que a recuperação da maioria das obras vandalizadas será possível, mas a restauração do relógio talvez não seja possível. A peça, que recebe o nome “Relógio de Balthazar Martinot”, foi fabricada pelo relojoeiro de Luis XIV. Há apenas duas dela no mundo, a outra está exposta no Palácio de Versailles, na França.



“As mulatas”, de Di Cavalcanti, perfurado durante a invasão no Planalto



Crucifixo dourado e Brasão da República arrancados das paredes do STF



Presente dado a Dom João VI, “Relógio de Balthazar Martinot”, foi completamente destruído pelos invasores bolsonaristas ao Planalto

Livre do bolsonarismo, Ministério da Saúde compra 750 mil doses da CoronaVac para crianças de 3 a 11 anos

O Ministério da Saúde informou, neste sábado (7), que comprou 750 mil doses da CoronaVac para a vacinação de crianças de 3 a 11 anos contra a Covid-19.

O aditivo de aquisição dos novos lotes junto ao Instituto Butantan, fabricante do imunizante no Brasil, foi assinado na sexta (6).

A nova gestão pretende adquirir, no total, 2,6 milhões de doses da vacina, sendo todas para a imunização do público infantil. De acordo com o Ministério da Saúde, uma nova compra deve ser assinada nos próximos dias.

O anúncio da nova compra de vacinas ocorre diante da falta de estoque no Ministério da Saúde deixado pelo governo Bolsonaro que, ao longo de toda a pandemia negligenciou a campanha de imunização e, no caso das crianças, defendeu abertamente que não haveria a necessidade de vacinas.

De acordo com dados do próprio Ministério da Saúde, ao menos 3 mil crianças foram vítimas do coronavírus entre 2020 e 2021, mas, segundo o ex-presidente nenhuma criança teria morrido de Covid-19.



Vacinas marcam retomada do convênio com Butantan

DISTRIBUIÇÃO

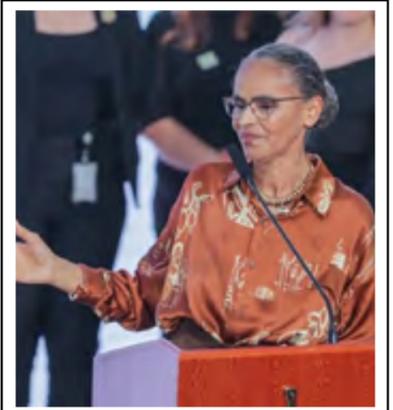
O Ministério projeta o início da distribuição dos imunizantes aos estados e ao Distrito Federal na próxima semana. “A pasta segue em tratativas com os laboratórios para garantir mais imunizantes para o público infantil o mais breve possível”, completa a nota.

As doses estão previstas para o reforço da imunização. No fim do ano passado, a pasta liberou uma nota técnica em que validava a aplicação da terceira dose neste público.

Isso vale para vacinados no esquema primário (duas doses) com o imunizante da Pfizer e no ciclo inicial da CoronaVac.

Segundo o secretário de Vigilância e Saúde e Ambiente do ministério, Ethel Maciel, os estoques deixados pelo governo Bolsonaro para a vacinação de crianças entre 3 e 11 anos são insuficientes. Para reverter essa situação, há negociações em curso também com a Pfizer, fabricante de vacinas para bebês e crianças de 6 meses a 4 anos e de 5 a 11 anos.

As tratativas são para antecipar a entrega de 3,2 milhões de doses da Pfizer baby, que abarca o grupo mais novo, já para janeiro. Já para o segundo grupo de crianças, a secretaria pretende antecipar 4,5 milhões de doses.



Marina é ministra do Meio Ambiente

Recorde de desmatamento é fruto do incentivo à destruição por Bolsonaro, afirma Marina

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou na última sexta-feira (6) que o recorde de alertas de desmatamento na Amazônia Legal identificado no ano de 2022 é fruto de um cenário de “incentivo” à destruição da floresta e que sua gestão não vai permitir nenhum tipo de manobra para não cumprir as leis ambientais.

“Os alarmes são feitos para que se tomem providências para evitar que o desmatamento continue. Nesse caso, os alertas foram feitos, mas não tinha a devida ação por parte do governo e o resultado é, conseqüentemente, aumento do desmatamento”, disse a ministra.

Este resultado já impactará, segundo ela, o total de desmatamento de 2023, uma vez que o chamado ano Prodes, também calculado pelo Inpe, considera o período de agosto a julho.

“Vai ter impacto, porque você vai agregar o desmatamento ainda do governo Bolsonaro aos dados de 2023”, disse. “O mais importante é que estamos tomando as medidas para reverter o processo.”

A ministra afirmou que entre as primeiras ações da pasta foi reestabelecido o plano de prevenção e controle do desmatamento para todos os biomas, a retomada do Fundo Amazônia e o retorno do processo de aplicação de multas, além da revogação de uma portaria que estimulava a mineração artesanal e segundo ambientalistas acabaria facilitando o garimpo ilegal em terras indígenas e áreas de proteção ambiental.

Ainda, quando questionada em relação ao Fundo Amazônia, que havia sido suspenso, retorna e vai permitir a liberação de R\$ 3 bilhões a que o fundo já tem direito e ainda novas doações internacionais.

“Uma medida que já foi tomada e que tem um peso muito grande é a anulação dos incentivos ao garimpo ilegal. Porque além de não fiscalizar, o governo federal ainda criava incentivos e estímulos para que essas atividades criminosas pudessem acontecer”, disse.

“Com essa anulação, a gente também faz uma salvaguarda para as populações tradicionais, para a proteção dos nossos rios, das nossas florestas”, declarou a ministra.

DESMATAMENTO

Dados divulgados na última sexta pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostraram que o acumulado de alertas de desmatamento na Amazônia Legal foi de 10.267 km², de janeiro até o último dia 30 de dezembro de 2022, pior dado da série histórica iniciado em 2015 pelo sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real do instituto (Deter).

Em dezembro, a floresta amazônica perdeu 218,41 km² de vegetação sob a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), sendo mais um recorde de fracasso e catástrofe de seu governo.

O registro é a marca mais alta de Bolsonaro para o mês de dezembro, em comparação com o mesmo período em anos anteriores à Presidência. Se considerada a série histórica, com início em 2015, é a terceira, atrás de 2017, que registrou 287,51 km², e de 2015, que teve 266,29 km².

Especialistas afirmam que a tendência projetada pelo Deter é que os dados de desmatamento continuem altos e sejam confirmados na próxima publicação do Prodes, outro sistema do Inpe.

O Observatório do Clima, rede de diversas organizações da sociedade civil, afirmou que “os alertas de destruição da Amazônia bateram recordes históricos nos últimos meses, deixando para o governo Lula uma espécie de desmatamento contratado, que vai influenciar negativamente os números de 2023”, afirmou. “O governo Bolsonaro acabou, mas sua herança ambiental nefasta ainda será sentida por um bom tempo”, completam.

O desmatamento é monitorado de duas formas pelo Inpe. Além do Deter, cujo nome completo é Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real, que publica informações mensalmente, os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) são divulgados duas vezes por ano, sendo a primeira, uma estimativa.

Apesar disso, o Deter pode ajudar a indicar tendências de crescimento, queda ou manutenção do desmatamento na Amazônia.

A gestão de Bolsonaro também acumulou recordes no Prodes. Pelo quarto ano consecutivo, o desmatamento na Amazônia, em um ano, ultrapassou os 10 mil km². Os dados do programa, divulgados em novembro do ano passado, mostram que foram ao chão 11.568 km² de floresta de agosto de 2021 a julho de

Reforma trabalhista segue a lógica da economia colonial



Joaquinzão: a construção da unidade dos trabalhadores na luta contra a ditadura

O Sindicato dos Metalúrgicos São Paulo completa 90 anos. Creio que não estou cometendo nenhum exagero ao afirmar que o povo brasileiro, em especial os trabalhadores, tem uma dívida de honra com Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, presidente da maior entidade operária da América Latina. Aproveito a oportunidade das merecidas comemorações para um pequeno resgate dos feitos deste valoroso companheiro.

No final dos anos 70 e durante toda década de 80, na retomada das mobilizações dos trabalhadores, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo teve um desempenho acima de todas as expectativas na luta contra o arrocho salarial, contra a ditadura e pela Constituição nacional desenvolvimentista, mais desinstitucionalista e popular que o Brasil já teve.

A LUTA CONTRA O PARELELISMO SINDICAL

A virada da conjuntura, iniciada em 1978, abriu a discussão sobre o aspecto principal da tática: integrar os sindicatos – até então amortecidos pela repressão – ao movimento operário.

Eram três chapas: A Chapa 1, aliança do Joaquinzão – principal liderança dos dirigentes sindicais que transiavam para a oposição ao regime – com os comunistas

especial, pela anistia.

A direção do golpe principal era isolar o “paralelismo sindical” das tendências trotskistas em aliança com os círculos católicos.

A batalha decisiva foi a eleição nos metalúrgicos de São Paulo, principal categoria operária do país. A influência das correntes paralelistas se concentrava nos metalúrgicos de São Paulo e já havia levado a categoria a uma aventura grevista em 1979, que, além da derrota econômica, custou a vida de Santos Dias, metalúrgico da corrente católica, assassinado pela repressão. A greve acabou esvaziada, com o isolamento desta corrente no movimento sindical.

VITÓRIA DA UNIDADE

A vitória, em 1981, da Chapa 1 nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, maior e mais importante sindicato do país, por uma diferença mínima de votos, acelerou a transição da estrutura sindical para a oposição ao regime e consolidou a derrota ideológica do esquerdismo e do paralelismo no movimento operário.

Eram três chapas: A Chapa 1, aliança do Joaquinzão – principal liderança dos dirigentes sindicais que transiavam para a oposição ao regime – com os comunistas

do PCB e do MR8; a Chapa 2, aliança de trotskistas com a Igreja, que pregava o “sindicato paralelo”, fora da estrutura; e a chapa 3, presidida pelo metalúrgico, dirigente comunista do PCB, companheiro Aurélio Peres.

JOAQUIM MORREU POBRE

A história por vir de Joaquim dos Santos Andrade, a partir de 1978, é autoperplexiva. Transformou o Sindicato numa máquina combativa e de apoio ao trabalhador, exemplo para o movimento sindical; integrou os sindicatos na luta pela anistia; comandou a solidariedade a São Bernardo, em São Paulo; integrou, junto com Lula, com José Francisco (da CONTAG), com Hugo Peres (da Federação dos eletricitários), com as unidades sindicais do Rio e de SP, os principais pilares da CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras); colocou a estrutura do sindicato a serviço da fundação da CGT (Central Geral dos Trabalhadores); foi o principal dirigente da greve geral de 21 de julho de 1983 (a capa da revista Veja foi “a greve a la Joaquinzão”).

Leia a matéria completa em horadopovo.com.br



Centrais exigem ‘medidas energéticas e exemplares contra atos terroristas’ ocorridos no DF

As centrais sindicais publicaram nota em que “repudiam veementemente” os atos terroristas ocorridos neste domingo (8), em Brasília. Veja abaixo a íntegra da nota:

As centrais sindicais, representando os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, repudiam veementemente a ação terrorista no Distrito Federal, implementada através da invasão e depredação do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do STF.

Trata-se de um complô golpista que visa desacreditar o Estado de Direito e que, de forma criminosa, contou com a leniência do governo do Distrito Federal.

Isso é inaceitável! O Brasil não pode continuar sob o caos e a desordem que marcaram os últimos quatro anos.

Exigimos ação energética do governo para garantir a soberania popular, o cumprimento da Constituição e o pleno exercício da democracia. Soberania que através do voto elegeu o presidente da República e o Congresso Nacional.

Expressamos nossa solidariedade aos membros do três Poderes da República e manifestamos nosso apoio às iniciativas e medidas necessárias e urgentes para ocuparmos a nossa institucionalidade rapidamente, com a intervenção federal no GDF.

Orientamos todas as entidades sindicais e seus dirigentes que se mantenham vigilantes e cientes que a democracia é um bem valioso, conquistado pelos trabalhadores e por toda a sociedade.

São Paulo, 8 de janeiro de 2023

Sérgio Nobre, Presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, Presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, Presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, Presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Antonio Neto, Presidente da CSB, (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Nilza Pereira de Almeida, Secretária-geral da Intersindical (Central da Classe Trabalhadora)

Emanuel Melato, Intersindical instrumento de Luta

José Gozze, Presidente da PÚBLICA, Central do Servidor

Governo afirma que renegociará dívidas do consignado do Auxílio

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Wellington Dias, anunciou que o governo federal deve incluir os endividados com o empréstimo consignado do Auxílio Brasil — rebatizado de Bolsa Família pelo governo de Lula — no projeto Desenrola Brasil.

A proposta está sendo estudada pelo novo governo e visa renegociar dívidas e diminuir a inadimplência no país. O programa está em fase de planejamento no Governo Federal, com um grupo de trabalho que inclui a participação de diversos ministérios e tem o propósito de amparar os 80 milhões de brasileiros endividados.

A intenção é estender o programa a outros setores da população que sofrem com o endividamento pessoal e as altas taxas de juros. “Tão logo o projeto esteja pronto, certamente o presidente Lula vai lançar para o Brasil. E essa área relacionada ao Bolsa Família será tratada entre outros endividados do Brasil inteiro, das mais diferentes áreas”, declarou Dias.

Um grupo de trabalho analisa a possibilidade de renegociação de dívidas com parcelas e juros mais baixos. Para o ministro, a criação do consignado pelo Auxílio Brasil foi um dos grandes erros do governo Bolsonaro, que prejudicou os beneficiários do programa social.

“É grave o proble-

ma dos endividados do programa Auxílio Brasil no chamado consignado. Primeiro já tratado do ponto de vista da própria legalidade, usado no período de eleição com claramente objetivos eleitorais. O presidente Lula durante a campanha já demonstrou muita sensibilidade com os endividados e trabalhou o programa Desenrola, que vai incluir esse público do Bolsa Família”, disse Wellington Dias.

O projeto já está em fase final de estudos e uma proposta deve ser apresentada ao presidente até o final de janeiro, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A expectativa é que o programa comece a funcionar ainda no primeiro semestre do ano.

O empréstimo do Auxílio Brasil é concedido apenas na modalidade consignado. Assim, uma vez que o crédito é obtido, o valor das parcelas é descontado diretamente da folha de pagamento.

Levando em conta que o beneficiário da transferência de renda não possui salário e nem renda, os descontos acontecem diretamente no valor do benefício. O que significa que, a cada calendário do Auxílio Brasil, a Caixa Econômica Federal (CEF), banco responsável pelo programa, pagará somente o saldo já descontado do empréstimo. reto do benefício”, criticou a representante do Idec.



Fato é que a chamada reforma trabalhista, lei 13.467 de 2017, muda 108 artigos da CLT. Todas as mudanças são para tirar direitos

o presidente do PT, Gleisi Hoffmann, anunciou, no ato de posse do Ministro do Trabalho, que Luiz Marinho conduzirá a revisão da reforma trabalhista “para que a gente possa corrigir os erros e modernizar essa legislação” e “incluir nos direitos aqueles trabalhadores que hoje não têm vínculo formal”.

Marinho, em seu discurso, disse que “o ministério irá contribuir para transformar esse nosso Brasil em um país desenvolvido, com empregos dignos, bons salários, proteção social, trabalhista, sindical e previdenciária para todos”.

Toda essa disposição e boa vontade serão muito necessárias, a começar por uma maior integração das centrais, tendo em vista a ausência de alguns presidentes. No ato, só estavam presentes a CUT e a CTB. Tanto a presidente do PT quanto o ministro foram pouco específicos sobre a reforma trabalhista.

A REFORMA

O fato é que a chamada reforma trabalhista, lei 13.467 de 2017, muda 108 artigos da CLT. Todas as mudanças são para tirar direitos dos trabalhadores: sufoca financeiramente os sindicatos; detona a negociação coletiva ao estabelecer que o negociado prevalece sobre o legislado (a negociação passa a ser sobre quanto os trabalhadores vão perder, sempre, é claro, sob o facho do desemprego); libera a terceirização para todas as atividades da empresa; beira à perversidade ao permitir trabalho insalubre para mulher grávida, desde que autorizado pelo médico da empresa; cria pérolas como o trabalho intermitente, em que o trabalhador fica à disposição da empresa, mas só recebe pelas horas trabalhadas; meia hora para o almoço, e jornada de doze horas diárias; na Justiça do Trabalho, o reclamante que tiver rejeitada a sua reclamação, agora, além de perder a ação, terá que arcar com as custas do processo, entre outras.

Disse o ministro: “Compreendo que o caminho para as mudanças trabalhistas é o da melhoria do ambiente econômico. E através do investimento e da inovação na produção industrial, na agropecuária, no comércio, nos serviços e nas atividades do terceiro setor que vamos criar as condições para a geração de novos e bons empregos e novas formas de proteção social, trabalhista e previdenciária para todos”, observou.

Ficaria a observação do ministro mais bem-posta se precisasse que “um novo ambiente econômico” é que depende do fortalecimento do mercado interno, do aumento da demanda, da ocupação da capacidade ociosa das empresas, que está em 30%.

Mas a reforma trabalhista de 2017 não tem nada de moderna. É a lógica da economia colonial, dependente das exportações de commodities, “apartheada” do mercado interno, que desconta no arrocho dos salários e dos direitos trabalhistas o custo dos juros

exorbitantes. É a insensatez do estado nacional “cortar na carne” os investimentos públicos em áreas estratégicas, no apoio à pesquisa, na educação, na saúde, na segurança, para garantir o pagamento dos juros acachapantes. É a liberdade total para a entrada e saída de capitais, de invasão do mercado nacional de produtos estrangeiros, de remessa de lucros incessantes. É a liberdade para uns poucos e austeridade rígida para o resto.

ATRASSO DE VIDA

A reforma trabalhista é um atraso de vida para trabalhadores e para a indústria nacional. É mais concentração da renda na mão de meia dúzia e a fome e o desemprego para a grande maioria. É a negação do trabalho assalariado, do mercado consumidor e da indústria nacional.

Marinho afirmou que “as partes interessadas, trabalhadores e empresários, devem ter autonomia para investir em um sistema de relações do trabalho que valorize e incentive a negociação coletiva e a solução voluntária de conflitos. Negociação coletiva fundada em boas práticas de diálogo social requer sindicatos fortes, com ampla base de representação, com representatividade e capacidade autônoma de se organizar e de se financiar. Quero declarar que iremos em pouco tempo, por meio do diálogo tripartite e com o Congresso Nacional, construir uma legislação que modernize o nosso sistema sindical e de relações do trabalho e que nos aproxime das melhores práticas existentes no mundo”, concluiu.

Embarcar na onda dos estragos acumulados em dois anos de reforma trabalhista para “construir uma legislação que modernize o nosso sistema sindical”. Em outras palavras, acabar com a unicidade sindical, com a contribuição nacional, decidida em assembleia, para toda categoria. Ou largar os trabalhadores na mão dos patrões sem a ação protetora do estado e da Justiça, contra a ganância de quem prefere lascas de trabalhador a lutar contra os juros absurdos. Isso não vai dar certo. Vai dividir o movimento sindical e, em vez de ajudar o Lula, vai atrapalhar.

Foi o próprio Marinho que nos ensinou o caminho das pedras. No primeiro mandato do presidente Lula, em 2005, assumiu o Ministério do Trabalho e empunhou a bandeira do aumento real do salário mínimo, que, até hoje, é um dos maiores legados dos governos Lula. Hoje a situação do Brasil é muito mais grave e a união dos trabalhadores muito mais necessária. De novo, Marinho está no lugar certo, na hora certa. Não deve desperdiçar a oportunidade,

Estamos no começo do governo. Se conseguirmos, na oposição, construir uma amplíssima frente nacional em defesa da democracia, o que dirá quando se trata de salvar a nação do subdesenvolvimento, da fome e da volta do fascismo?

CARLOS PEREIRA

Só falta a edição da Medida Provisória para o aumento real do salário mínimo

Para o primeiro aumento real do salário mínimo do governo Lula, depois do vendaval Bolsonaro, só falta a edição da Medida Provisória, necessária à iniciativa.

Conforme já divulgado na campanha eleitoral do Presidente Lula, o salário mínimo nacional será reajustado de 1.302 reais para 1.320 reais. O critério para o cálculo do aumento real foi o mesmo fixado pelo primeiro governo Lula: crescimento do PIB (Produto Interno Bruto, o qual é a soma de tudo que foi produzido no país) de dois anos atrás, mais a inflação.

Bolsonaro, durante quatro anos, não deu um tostão de aumento real para o salário mínimo.

De 2003 a 2016 o salário mínimo aumentou em 70% seu poder de compra

(segundo o Dieese) e foi um importante instrumento de fortalecimento dos salários em geral, isto é, do mercado de consumo. Foi um contrapeso à concentração de renda provida pela transferência de extraordinários recursos de toda sociedade para os financistas, através do pagamento de juros astronômicos.

O salário mínimo suficiente para o sustento de uma família quatro pessoas – que, pelo Dieese, seria cerca de 6mil reais – instituído por Getúlio Vargas, em 1938, foi, em aliança com o investimento público promovido pelo Estado, a base do florescer de uma pujante indústria nacional, que chegou a ter um dos maiores parques industriais do mundo.

C.P

Kiev confessa “derramar sangue” de ucranianos para favorecer Otan



Arranca-rabo no plenário do Capitólio Presidente da Câmara foi eleito após 14 votações, em crise que paralisou os EUA

Depois de quebrar dois recordes históricos em matéria de contestação, um de 100 anos e outro de 164 anos, na noite de sexta-feira (6), na 15ª votação, o republicano Kevin McCarthy finalmente alcançou votos suficientes para se tornar presidente da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. Nas primeiras horas de sábado, foram empossados os deputados eleitos em novembro passado.

Na sexta-feira, os EUA também comemoram os dois anos do fracasso da tentativa trumpista de impedir a alternância de poder com a invasão do Capitólio. O cargo é formalmente considerado o terceiro mais importante na hierarquia do poder americano, depois do presidente e do vice.

Eleito para o Congresso pela primeira vez em 2006, McCarthy foi alçado a líder dos republicanos na câmara em 2014. Até 2019 atuou como líder da maioria conservadora e em 2019-2022 liderou a minoria republicana.

Com voto unânime da bancada democrata – em contraste com o caos e divisão entre os republicanos –, Hakeem Jeffries fez história como o primeiro parlamentar negro a liderar um partido no Congresso dos EUA.

Em seu primeiro discurso após declarar oficialmente sua vitória, McCarthy agradeceu ao ex-presidente Trump. “Ele esteve comigo desde o início. [...] Ele me ligou e chamou outros. E, realmente, eu estava conversando com ele esta noite, ajudando a conseguir esses votos finais”.

“REVIRAVOLTAS DRAMÁTICAS”

Como descreveu a CNN, o fim da disputa pelo martelo, que simboliza a presidência da Câmara, envolveu “reviravoltas dramáticas” e “brigas no plenário”, que em um momento quase chegaram à troca de socos na bancada republicana.

Diante da dissidência de 20 deputados republicanos do extremista Freedom Caucus, que o consideravam insuficientemente reacionário para comandar a Câmara e a oposição a Biden e que exigiam alterações regimentais e cargos em comitês, McCarthy penou, apesar do apoio explícito de Trump.

Só quando o deputado Matt Gaetz mudou no último minuto seu voto de “não” para “presente” (abstenção) na votação no plenário para decidir se haveria a 15ª votação ainda na sexta-feira ou se ficaria para segunda-feira, que o caminho para eleição de McCarthy afinal se abriu.

Não sem antes alguns parlamentares quase chegarem às vias de fato, durante o 14º fracasso em votação, com alguém do plenário gritando: “Olha a civilidade”.

Matt, que chegará a se apresentar como “Never McCarthy” (“McCarthy nunca”), previra que, se eleito, McCarthy teria que “acordar todas as manhãs e vestir a melhor camisa de força do mundo antes do início de cada sessão da Câmara”.

Fora ele que arruinara a 14ª votação ao se abster quando McCarthy precisava de mais um voto de “sim”, o que fez, segundo a CNN, “o pandemônio estourar no plenário” da Câmara. “Atordado depois de acreditar que tinha os votos, McCarthy enfrentou sua derrota mais embaraçosa até então”.

“Seus aliados cercaram Gaetz para tentar encontrar um caminho a seguir e até McCarthy se envolveu. Após este se afastar parecendo abatido, o presidente dos Serviços Armados da Câmara, Mike Rogers, se lançou contra Gaetz, tendo que ser contido fisicamente pelo deputado republicano Richard Hudson, da Carolina do Norte”.

Mas – continuou a CNN – faltando menos de um minuto para encerrar a votação do adiamento da votação até segunda-feira, Gaetz moveu-se para a frente da câmara, pegando uma ficha vermelha para mudar seu voto. “Ele caminhou em direção a McCarthy e os dois trocaram palavras brevemente. McCarthy então levantou a mão e gritou: ‘Mais um!’”, o que decidiu a imediata realização da 15ª votação.

McCarthy teve que fazer uma série de concessões para aplacar o grupo de dissidentes republicanos, pejorativamente chamados pela mídia norte-americana de “19 talibãs”.

Entre elas, o restabelecimento de uma antiga regra da Câmara que permitirá a qualquer membro convocar uma votação para o impeachment de McCarthy. O pacote de apaziguamento dificulta o processo de aumento de gastos e impostos e do teto da dívida.

O deputado Scott Perry, que preside o Freedom Group, destacou que o acordo com McCarthy prevê uma “representação conservadora” na Câmara, o que significa a incorporação de dissidentes em alguns comitês importantes.

Segundo o canal NBC News, o grupo reivindicava três cadeiras no poderoso Comitê de Regras que controla os projetos de lei que chegam ao plenário da Câmara.

As outras divergências eram quanto à suposta frouxidão de McCarthy em relação à perseguição de imigrantes, corte de gastos sociais, teto da dívida e investigações sobre Biden.

A gestão McCarthy planeja investigar questões como as atividades financeiras de Hunter Biden, filho do atual presidente, notório dono do ‘laptop do inferno’ e ex-beneficiário de uma sincura em uma empresa privada de gás ucraniana pós golpe de 2014 em Kiev; o Departamento de Justiça e o FBI; a crise da imigração na fronteira sul; a retirada das tropas americanas do Afeganistão em 2021; a dívida pública; o fim da ‘doutrinação nas escolas’ e – uma ideia fixa da nata dos republicanos – as ‘origens da Covid-19’.

“Nosso sistema é baseado em freios e contrapesos, e já é hora de verificarmos as políticas do presidente. [...] Usaremos a força do bolso e a força da intimação para fazer o trabalho”, enfatizou McCarthy.

McCarthy observou que o primeiro projeto de lei que a Câmara reformada debaterá será a iniciativa do governo Biden de contratar milhares de novos agentes para o Internal Revenue Service (Imposto de Renda, IRS) do país.

“Nosso primeiro projeto de lei revogará o financiamento de 87 mil novos agentes do IRS”, anunciou, sob aplausos dos republicanos.

Leia matéria na íntegra em www.horadopovo.com.br



Para ministro Reznikov, nazis de Kiev, defendem a “civilização ocidental”

Zelensky repele trégua anunciada pela Rússia no Natal das Igrejas Ortodoxas

As forças da Ucrânia desrespeitaram o cessar-fogo de Natal anunciado pelo presidente russo, Vladimir Putin, menos de um minuto depois de entrar em vigor; ao bombardear uma área residencial na cidade de Donetsk com seis projéteis de 155 mm.

O chefe do regime de Kiev, Volodymyr Zelensky, já havia rechaçado a trégua, declarando-a um “estratagemma” russo “para continuar a guerra com vigor renovado”, e instando à derrubada de Putin.

A trégua – que está sendo respeitada pelos russos – vai do meio-dia de 6 de janeiro até a meia-noite de 7 de janeiro. Conforme declaração do Kremlin, “pedimos ao lado ucraniano que proclame o fim das hostilidades e dê a eles [crístãos ortodoxos] a oportunidade de comparecer aos cultos na véspera e no dia de Natal”.

A igreja ortodoxa comemora o Natal no dia 7 de janeiro, pelo calendário Justiniano, que tem uma diferença de 13 dias em relação ao calendário gregoriano, em que a data é comemorada em 25 de dezembro.

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, aprovou a ideia de um cessar-fogo entre a Rússia e a Ucrânia no dia de Natal, disse seu porta-voz, Stéphane Dujarric. “O Natal é um período sagrado para russos e ucranianos. A possibilidade de observar a cessação de todas as hostilidades neste período sagrado é sempre bem-vinda pelo Secretário-Geral”.

O anúncio da trégua de 36 horas foi feito por Putin horas após apelo nesse sentido do Patriarca Kirill, o principal líder religioso ortodoxo russo, bem como do presidente tur-



Natal ortodoxo foi celebrado na Donetsk libertada

co Recep Tayyip Erdogan, com quem conversou pela manhã.

Em abril do ano passado, sob mediação turca, russos e ucranianos estiveram perto de um acordo, do qual Zelensky se afastou após súbita visita do então primeiro-ministro inglês Boris Johnson, com instruções de manter a guerra.

BIDEN CONTRA TRÉGUA

Já o chefe da Casa Branca, Joe Biden, se pronunciou contra a trégua, atribuindo à Rússia suposta urgência em obter “um pouco de oxigênio”. O que levou o embaixador russo em Washington, Anatoly Antonov, a chamar tal ‘comentário’ como mais uma prova da intenção dos EUA de lutar contra a Rússia “até o último ucraniano” e que “o destino da Ucrânia não incomoda os americanos em nada”.

Outros sabujos que integram a trupe de Zelensky, igualmente descartaram a trégua do Natal ortodoxo. O chefe do Conselho de Segurança e Defesa Nacional, Alexey Danilov, classificou-a como “hipocrisia”, enquanto prometia a Moscou que Kiev “irá

morder você no silêncio cantante da noite ucraniana”.

“Não pode e não deve ser levada a sério, asseverou o russófono ministro das Relações Exteriores, Dmitry Kuleba, enquanto o conselheiro de Zelensky, Mikhail Podoliak, chamou a trégua de “armadilha cínica e propaganda”.

Como “presente de natal” ao regime instaurado pela CIA na Ucrânia no golpe de 2014, Washington anunciou o envio de 50 blindados Bradley, sendo imitado pelo premiê alemão Olaf Scholz, com 30 veículos Mauder, e com presidente francês Macron anunciando a entrega de um número não divulgado de “velhos mas bons” AMX-10.

Segundo dados do Centro Conjunto de Controle e Coordenação (JCCC), que monitora ataques ao Donbass, desde fevereiro de 2022, quando a Rússia lançou sua operação para desnazificar e desmilitarizar a Ucrânia, os ataques do regime de Kiev mataram 4.405 civis na República Popular de Donetsk e 169 em Lugansk.

Ocupação inglesa das Malvinas deve “envergonhar o mundo”, diz Fernández

O presidente da Argentina, Alberto Fernández, denunciou a ocupação inglesa das Ilhas Malvinas, que “deve envergonhar o mundo inteiro”, no marco do 190.º aniversário da usurpação do arquipélago pela Grã-Bretanha, nesta terça-feira (3).

No evento em que foi inaugurado um monumento comemorativo em frente ao Edifício Libertador, no centro de Buenos Aires, o presidente destacou que “este espaço nos lembra do direito e da obrigação que temos”.

Afirmou que a reivindicação de soberania e integridade territorial “é algo que deveria chamar a atenção dos poderosos do mundo, porque em pleno século XXI a manifestação de um ato de colonialismo desta natureza só deveria envergonhar o mundo. Insistimos uma e outra vez que são argentinas”.

Desde a sua independência da Espanha, em 9 de julho de 1816, a Argentina exerceu plenamente a soberania das Ilhas. Até que em 3 de janeiro de 1833, a Inglaterra, em plena expansão colonial, desalojou violentamente os representantes da República e os moradores, levando para lá colonos da sua metrópole. Sucessivos governos argentinos reclamam a restituição do pleno exercício soberano sobre as Ilhas.



Presidente argentino, Alberto Fernández

“A pátria não estará totalmente integrada enquanto as ilhas não forem definitivamente argentinas. Malvinas nos unem, e isso é absolutamente verdade, e nessa reivindicação não há divergências partidárias, não deveria haver”, disse Fernández.

E condenou “a existência de uma base militar britânica nas ilhas que ignora todas as resoluções da ONU”, além de resultar “usurpação dos recursos naturais do Atlântico Sul que pertencem ao povo argentino”.

O interesse da Inglaterra nas ilhas não é acaso. “Sem dúvida, as Malvinas são um lugar estratégico do ponto de vista de recursos naturais”, disse à Agência Efe Gabriel de Paula, especialista em energia e recursos naturais do Centro Argentino de Estudos Internacionais.

O arquipélago é rico em reservas de hidrocarbonetos, com uma jazida marítima que poderia produzir um pico de 80.000 barris de petróleo por dia; potencial para a extração de minerais do fundo do mar e recursos pesqueiros.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), a Cúpula dos países africanos e latino-americanos, a Cúpula dos países árabes e latino-americanos, o Parlamento Latino-Americano (Parlatino), o Parlamento do Mercosul (Parlasul), são alguns dos organismos que têm manifestado sobre a “Questão Malvinas” com um contundente respaldo à reclamação argentina.

Ministro da Defesa, Alexei Reznikov, diz que Kiev age “para cumprir a missão da Otan sem que seu sangue seja derramado”. O usado é o sangue ucraniano

“Estamos cumprindo a missão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) sem que o seu sangue seja derramado, derramando nosso sangue e, por isso, eles devem gastar suas armas”, afirmou o ministro da Defesa da Ucrânia, Aleksei Reznikov, em entrevista a uma emissora local em que, em outras palavras, admite estar utilizando o seu próprio povo para bucha de canhão dos Estados Unidos e do Ocidente.

A declaração do representante do governo Volodymyr Zelensky se deu para justificar que os EUA não só anunciem o envio de um novo pacote superior a US\$ 3 bilhões em ajuda militar para a Ucrânia, como enviem mais. Afinal, ressaltou Resznikov, Kiev está defendendo o “mundo civilizado” contra a Rússia, e que os políticos ocidentais compreendem isso.

Segundo a marionete da Otan, em um campo a barbárie encarnada por Moscou e, de outro, o Ocidente, um escudo protetor da civilização.

Em meio a exaltação de colaboracionistas do nazismo, a exemplo de Bandera, a essa negação da Rússia enquanto uma das mais significativas e milenares civilizações, o que se viu foi a proibição de livros russos em bibliotecas, a exibição de óperas a balé russos, e por toda a Ucrânia, da derrubada de monumentos a alguns dos maiores

escritores e dramaturgos, de Tostoi a Gorki.

É a serviço desta submissão que se apresentam os sucessivos “nãos” de Zelensky, seja ao diálogo ou ao cessar-fogo de Natal, seu uso frequente uso do assassínio e da tortura de opositores como instrumento de coação e chantagem, bem como a manipulação corriqueira da mídia ocidental para desinformar, ocultar e mentir.

Esses são componentes que vitaminam a criminoso ajuda militar à Ucrânia no conflito com a Rússia desde o início de 2022, que já ultrapassa os US\$ 40 bilhões (R\$ 209 bilhões). A metade desta montanha de armamentos é proveniente dos EUA, conforme o Instituto para a Economia Mundial de Keil, na Alemanha.

Enquanto isso, no campo democrático, o referendo mostrou amplo apoio popular à integração à Federação da Rússia de regiões anteriormente pertencentes à Ucrânia.

Em Luhansk, 98,42% dos votantes disseram sim; em Donetsk o voto a favor foi expresso por 99,23%; na região de Zaporozhia, 93,11%, enquanto em Kherson foram 87,05% favoráveis à integração. O processo eleitoral foi acompanhado de perto por observadores internacionais de 45 países que atestaram sua lisura e transparência.

Um ambiente bem diferente em que se tomam as decisões de cartas marcadas da Otan.

“Norte-americanos desencadearam o conflito na Ucrânia junto com Otan”, diz neto de Charles de Gaulle

Ao insuflar o conflito na Ucrânia e travar uma guerra econômica pré-planejada contra a Rússia, os EUA estão fazendo os europeus sofrerem, disse Pierre de Gaulle, neto do ex-presidente francês Charles de Gaulle.

Depois de encabeçar a resistência francesa contra a ocupação hitlerista durante a Segunda Guerra Mundial, Charles de Gaulle fundou o moderno sistema político francês e foi presidente de 1959 a 1969.

Seu neto, consultor de estratégia e finanças corporativas, disse acreditar que o conflito na Ucrânia foi incitado pelo Ocidente. “Eu me revolto e protesto contra essa desonestidade intelectual na crise da Ucrânia porque os gatilhos da guerra são os americanos e a OTAN”, disse Pierre de Gaulle à Associação de Diálogo Franco-Russo na semana passada.

“Os Estados Unidos, infelizmente, continuam a escalar militarmente, fazendo sofrer não só a população ucraniana, mas também a população europeia.”

“A escala e o número de sanções” – ele destacou – mostram que tudo isso foi organizado “com muita antecedência”.

“É uma guerra econômica, da qual os americanos são os beneficiários. Os americanos vendem seu gás aos europeus por um preço quatro a sete vezes maior do que em seu próprio país”, advertiu.

As sanções ocidentais impostas às exportações russas de combustíveis fósseis exacerbaram a crise financeira e energética na Europa, fazendo “todos sofrerem em suas vidas diárias”, disse o neto de De Gaulle.

Ele também acusou a ex-chanceler alemã Angela Merkel de “contribuir conscientemente” para o

conflito ao “autorizar a expansão ultranacionalista ucraniana”, que ocorreu após o golpe pró-Ocidente de 2014 em Kiev. O governo que chegou ao poder naquele ano procurou “aniquilar a cultura russa... e a capacidade de falar russo” no Donbass, predominantemente russofona, disse ele.

As Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk (DPR e LPR) se separaram da Ucrânia após o golpe de 2014. Os acordos de Minsk de 2014-15, mediados pela Alemanha, França e Rússia, foram concebidos para proporcionar uma reintegração pacífica dos territórios rebeldes na Ucrânia.

O presidente russo, Vladimir Putin, citou a necessidade de proteger o povo de Donbass e o fracasso de Kiev em implementar os acordos de paz de Minsk como razões para lançar a operação militar na Ucrânia no final de fevereiro. O DPR e o LPR, junto com outros dois ex-territórios ucranianos, se juntaram à Rússia depois de votar em plebiscitos de forma esmagadora a favor da mudança em setembro.

Merkel, assim como o ex-presidente ucraniano Pyotr Poroshenko, afirmou no ano passado que Kiev usou os acordos para ganhar tempo a fim de reconstruir suas forças armadas. Nos últimos dias do ano passado, o ex-presidente francês François Hollande, outro negociador dos acordos de Minsk, confirmou que o objetivo não era a paz, mas permitir o rearmamento da Ucrânia, isto é, do regime instaurado pelo putsch de Maidan. Sucessivamente o regime emitiu leis discriminatórias para coibir e banir o uso da língua russa e perseguiu a oposição e os antifascistas.

China, Rússia e Índia condenam ataque à democracia em Brasília



Antonio Guterres, secretário-geral da ONU

ONU repudia agressões às instituições e exige respeito à vontade do povo brasileiro

“Condene o ataque de hoje às instituições democráticas do Brasil. A vontade do povo brasileiro e as instituições do país devem ser respeitadas”, declarou, neste domingo, o secretário-geral da ONU, António Guterres.

Já na segunda-feira, falando a jornalistas em Genebra, Guterres afirmou que os autores dos eventos do último domingo precisam enfrentar as consequências, de acordo com a lei.

O chefe da ONU disse estar “absolutamente convencido” que o Brasil irá lidar com a situação “com uma responsabilização adequada” e que o funcionamento democrático nacional irá seguir em frente.

“Eu acho que a lei deve ser respeitada. Quando a lei é desrespeitada, acho que quem desrespeita a lei deve sofrer as respectivas consequências de acordo com a própria lei. O Brasil é um estado de direito, assim como muitos países democráticos. O que importa é que o Estado de Direito funcione e a democracia siga em frente”, assinalou.

Guterres disse ter ficado chocado com os eventos de domingo, mas insistiu que confia no Brasil e nas suas instituições. A iniciativa ocorreu depois que a organização passou a acompanhar com preocupação a violência por parte de golpistas.

“A ONU condena veementemente qualquer ataque dessa natureza, que representa uma séria ameaça às instituições democráticas. A ONU pede às autoridades que priorizem o reestabelecimento da ordem e que defendam a democracia e o Estado de direito”, declarou o escritório das Nações Unidas no Brasil.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos também emitiu um comunicado no qual “repudia ataques às instituições e à violência em Brasília, que representa um atentado contra a democracia”.

“O direito de reunião deve ser pacífico, sem armas e com estrito apego ao estado de direito. Todos os responsáveis devem ser investigados e sancionados”, pediu o relator.

O secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, Luis Almagro, também condenou “o ataque às instituições em Brasília”, que são atos de “natureza fascista”.

A Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), fórum que reúne os 33 países das duas regiões, comunicou o seu apoio ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva perante as ações violentas contra os três poderes brasileiros.

“A presidência pro-tempore da CELAC manifesta o seu apoio ao Governo Lula, eleito pelo povo do Brasil, e rejeita as ações violentas contra as instituições democráticas brasileiras”, disse o fórum regional através do presidente argentino, Alberto Fernández, que exerce a função.

Ferrovários ingleses retomam greve pela reposição salarial

Com seis meses de paralisações de forma intermitente, ferroviários buscam corrigir defasagem causada pela maior inflação em 10 anos, descontrolada provocado pelas sanções à Rússia, impostas por Washington.

Os trabalhadores ferroviários britânicos começaram 2023 retomando, na terça-feira (3), a greve por melhores salários.

Cerca de 40.000 funcionários que trabalham para o Network Rail – gestor público da rede ferroviária –, e mais alguns milhares de outras 14 empresas privadas de trens, realizarão cinco dias de greve por decisão do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, Marítimos e de Transportes (RMT, em inglês).

Já o sindicato de condutores de trens, Aslef, em assembleia, decidiu acrescentar mais um dia.

“Devido à ação sindical, haverá serviços ferroviários significativamente reduzidos na ferrovia até domingo, 8 de janeiro”, informou a Network Rail.

Leia mais no site



Wang e Zakharova, porta-vozes da China e Rússia; Narendra Modi, premiê da Índia

EUA, Europa e OEA repelem agressão bolsonarista contra os Três Poderes

O mundo todo estão chegando as manifestações de governos e entidades internacionais em apoio à democracia e ao presidente Lula, e de repúdio à invasão e depredação do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do STF neste domingo, por terroristas bolsonaristas.

O presidente norte-americano, Joe Biden condenou os atentados. “Eu condeno o ataque à democracia e à transferência pacífica do poder no Brasil. A democracia e as instituições brasileiras têm nosso total apoio e a vontade do povo brasileiro não pode ser minada. Eu estou ansioso para continuar trabalhando com Lula”, afirmou Biden.

“Condenamos os ataques à Presidência, ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal hoje. Usar a violência é sempre inaceitável. Nós nos juntamos a Lula para pedir o fim imediato dessas ações”, destacou o secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken.

O deputado norte-americano que fez parte do comitê legislativo que investigou a invasão do Capitólio há dois anos, Jamie Raskin, afirmou que “as democracias do mundo precisam agir rapidamente para deixar claro que não haverá apoio” aos criminosos de direita. Ele assinalou que os fascistas repetem a receita de Donald Trump e precisam terminar na “prisão”.

A União Europeia, através de seu embaixador em Brasília, Ignacio Ybáñez, expressou “todo o apoio às instituições brasileiras”, acrescentando que Bruxelas segue com “grande preocupação os atos antidemocráticos”.

“Aqueles que tentam desrespeitar a vontade da maioria ameaçam a democracia e merecem não só a sanção legal correspondente, mas também a rejeição absoluta da comunidade internacional. Quero expressar meu repúdio ao que está acontecendo em Brasília. Meu apoio incondicional e do povo argentino a Lula diante dessa tentativa de golpe que

vocês estão enfrentando”, pronunciou-se o presidente da Argentina, Alberto Fernández.

“Demonstremos com firmeza e unidade nossa total adesão ao governo Lula, eleito democraticamente pelos brasileiros. Estamos juntos com o povo brasileiro para defender a democracia e não permitir, nunca mais, a volta dos fantasmas golpistas promovidos pela direita”, afirmou o presidente francês, Emmanuel Macron.

“A vontade do povo brasileiro e das instituições democráticas deve ser respeitada! O presidente Lula pode contar com o apoio inabalável da França”, ele acrescentou.

A Organização dos Estados Americanos (OEA), “condenou o ataque às instituições em Brasília”, com seu secretário-geral, Luiz Almagro, classificando tais atos como de “natureza fascista”. A CELAC – a entidade que congrega os países da América Latina e Caribe – manifestou seu “respaldo ao governo Lula”.

“Condenável e antidemocrática a tentativa de golpe dos conservadores no Brasil incentivados pelas lideranças do poder oligárquico, seus porta-vozes e fanáticos. Lula não está sozinho, tem o apoio das forças progressistas de seu país, do México, do continente americano e do mundo”, afirmou o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador.

De Cuba, a mensagem do presidente Miguel Díaz-Canel: “Condenamos veementemente os atos violentos e antidemocráticos ocorridos no Brasil, com o objetivo de gerar caos e desrespeitar a vontade popular manifestada com a eleição do presidente Lula. Expressamos todo nosso apoio e solidariedade a Lula e a seu governo.”

“Todo meu apoio ao

presidente Lula e às instituições eleitas livre e democraticamente pelo povo brasileiro. Condenamos veementemente o assalto ao Congresso do Brasil e pedimos o retorno imediato à normalidade democrática”, assinalou o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez.

O governo português “condenou as ações de violência e desordem que tiveram lugar em Brasília, reiterando o seu apoio inequívoco às autoridades brasileiras na reposição da ordem e da legalidade”.

Mais apoios da América do Sul. “Ataque inaceitável aos três poderes do Estado brasileiro pelos bolsonaristas. O governo brasileiro tem todo o nosso apoio diante desse covarde e vil ataque à democracia”, afirmou o presidente do Chile, Gabriel Boric.

“Toda minha solidariedade a Lula e ao povo do Brasil. O fascismo decide atacar. As direitas não têm conseguido manter o pacto de não-violência. É hora urgente da reunião da OEA se ela quiser seguir viva como instituição e aplicar a carta democrática”, enfatizou o presidente da Colômbia, Gustavo Petro.

“Condeno as ações de desrespeito e vandalismo perpetradas contra as instituições democráticas de Brasília, pois atentam contra a ordem democrática e a segurança cidadã. Manifesto o meu apoio e o do meu governo ao regime legalmente constituído de Lula”, disse o presidente do Equador, Guillermo Lasso.

“Rejeitamos categoricamente a violência gerada pelos grupos neofascistas de Bolsonaro que têm agredido as instituições democráticas do Brasil”, afirmou o presidente venezuelano, Nicolás Maduro. “Nosso apoio a Lula e ao povo brasileiro que, com certeza, se mobilizará em defesa da paz e de seu presidente.”



Ataques a Congresso, STF e Palácio do Planalto foram condenados de pronto mundo afora

Pequim, Moscou e Nova Delhi também enfatizaram a solidariedade ao presidente Lula e apoiaram as medidas do governo para combater os atos criminosos

A China “se opõe firmemente ao ataque violento contra as sedes dos Três Poderes no Brasil”, afirmou na segunda-feira (9) o porta-voz da chancelaria, Wang Wenbin, acrescentando que Pequim está “acompanhando cuidadosamente a situação”.

Em repúdio ao terrorismo bolsonarista em Brasília, Wang reiterou que a China “apóia as medidas tomadas pelo governo brasileiro para acalmar a situação, restaurar a ordem social e preservar a estabilidade nacional”.

A Rússia, através da porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Maria Zakharova, também condenou os atos fascistas: “Procedemos da inadmissibilidade de tentativas de violação da ordem constitucional. Expressamos nosso apoio ao presidente do Brasil, Lula, que tomou posse em 1º de janeiro”.

“Condenamos da maneira mais firme as ações dos instigadores de distúrbios e apoiamos plenamente o presidente brasileiro Lula da Silva”, afirmou o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, em sua fala diária a repórteres.

A sanha golpista também foi repudiada pelo governo da Índia que, junto com Brasil, Rússia, China e África do Sul, constituem o BRICS. Em mensagem a Lula, o primeiro-ministro Narendra Modi manifestou “total apoio às autoridades brasileiras”, dizendo-se “profundamente preocu-

pado com as notícias de motins e vandalismo” e assinalando que as tradições democráticas “devem ser respeitadas por todos”.

Declarações de apoio à democracia e ao governo Lula e contra as ações fascistas vieram de todas as partes do mundo: América Latina, EUA, Europa, Oriente Médio e Ásia.

ITAMARATY

Através de comunicado, o Itamaraty agradeceu “às numerosas manifestações de apoio e solidariedade da comunidade internacional, através de vários canais, face à violência golpista registrada no domingo na Esplanada dos Ministérios em Brasília”.

Tal apoio internacional – enfatiza a nota – “representou um reconhecimento da força das instituições democráticas do Brasil”.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores brasileiro mensagens recebidas desde domingo representam um “repúdio unânime e vigoroso dos países e organizações internacionais pelos atos de terrorismo e de vandalismo que chocaram o Brasil e o mundo”.

O ministério acrescentou que o Estado brasileiro responderá adequadamente à gravidade dos crimes ocorridos e que o governo continuará a agir em conformidade com a Constituição de 1988, que permitiu ao país experimentar o “mais longo período de coexistência democrática da sua história republicana”.

Brasil reprova incursão de ministro do Estado de Israel na Mesquita de Aqsa

“Brasil acompanhou com grande preocupação a incursão do Ministro de Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir, na Esplanada das Mesquitas (“Haram-El-Sharif”), em Jerusalém, na manhã de hoje, 3/01”, diz a nota do Itamaraty, emitida nesta terça-feira.

O documento, primeira manifestação do governo em termos de relações internacionais, reprova a provocação de Gvir, destacando que “à luz do direito internacional e tendo presente o status que histórico de Jerusalém, o governo brasileiro considera fundamental o respeito aos arranjos estabelecidos pela Custódia Hachemita da Terra Santa, responsável pela administração dos lugares sagrados muçulmanos em Jerusalém, tal como previsto nos acordos de paz entre Israel e a Jordânia, em 1994”.

A declaração adianta que “ações que, por sua própria natureza, incitam à alteração do status de lugares sagrados em Jerusalém constituem violação do dever de zelar pelo entendimento mútuo, pela tolerância e pela paz”.

“O Brasil reitera o seu compromisso com a solução de dois Estados, com Palestina e Israel convivendo em paz, em segurança e dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas. Com esse propósito, o governo brasileiro exorta ambas as partes a se absterem de ações que afetem a confiança mútua necessária à retomada urgente do diálogo com vistas a uma solução negociada do conflito”, finaliza o documento.

CHINA CONVOCA ONU

A China, com apoio dos Emirados Árabes Unidos, convocou encontro extraordinário do Conselho de Segurança da ONU logo após a entrada provocativa de Ben Gvir na esplanada das mesquitas local onde

se encontra o sítio que é considerado um dos mais sagrados pelo islamismo, a mesquita Al Aqsa.

O Conselho deve se reunir nesta quinta-feira para debater a provocação, informa a Reuters.

O Ministério do Exterior da Palestina enfatizou que “condena veementemente a invasão da mesquita Al Aqsa pelo ministro extremista Ben Gvir e a vê como uma provocação sem precedentes e uma escalada perigosa do conflito”.

No mesmo sentido, o primeiro-ministro palestino Mohamad Shtaiyeh acusa Ben Gvir de montar essa incursão como uma aposta para transformar o templo em “uma sinagoga judaica”, objetivo confesso de muitos da ultradireita israelense.

PAÍSES ÁRABES

Síria, Egito, Jordânia, Árabia Saudita, Emirados Árabes, Qatar e Turquia se juntaram à Palestina na condenação à provocação de Gvir.

O Ministério do Exterior da Jordânia convocou o embaixador de Israel em Amã para expressar sua condenação.

A Organização de Cooperação Islâmica (OIC, sigla em inglês) que congrega 57 países descreveu a incursão como “parte das tentativas de Israel de mudar o status histórico e legal em vigor quanto a sagrada mesquita Al Aqsa.”

“Um ato de provocação contrário aos sentimentos de todos os muçulmanos e uma flagrante violação das relevantes resoluções internacionais.”

O Ministério do Exterior da Síria condenou “nos termos mais veementes a invasão da entidade da ocupação israelense junto com funcionários e colonos [que residem em terras assaltadas aos palestinos] na mesquita Al Aqsa e conclama a ONU a condenar tais violações, que trabalhe no sentido de que não se repita”.

Leia mais no site do HP

A trajetória do grande brasileiro que “parou uma guerra”



Primeira atuação de Pelé pela Seleção brasileira, aos 16 anos
Foto: Reprodução

“Edson encantou a todos com sua genialidade no esporte, parou uma guerra, fez obras sociais no mundo inteiro e espalhou o que mais acreditava ser a cura para todos os nossos problemas: o amor”. Com esta mensagem, a família de Pelé confirmou a morte do atleta, no último 29 de dezembro, aos 82 anos, em SP. Gênio maior do futebol, Edson Arantes Nascimento foi um dos maiores brasileiros de todos os tempos

De menino de Três Corações (MG), no sul de Minas Gerais, a maior jogador do mundo, Edson Arantes do Nascimento nasceu no dia 23 de outubro de 1940, em uma família humilde, filho de Celeste e de João Ramos do Nascimento, jogador de futebol conhecido como Donadinho.

Desde criança, já com o apelido de Pelé, ele queria seguir os passos do pai no esporte. Sua família se mudou para Bauru, no interior de São Paulo, e lá ele começou a carreira no futebol amador de campo e de salão.

Aos 15 anos, Pelé foi levado para fazer um teste no Santos. Foi contratado pelo clube em 1956 e já começou a se destacar na equipe.

O maior jogador de futebol de todos os tempos estreou na Seleção em 1957, numa partida da Copa Rocca contra a Argentina, quando também fez seu primeiro gol com a camisa amarelinha. Pela equipe brasileira, com apenas 17 anos, venceu a Copa do Mundo na Suécia, em 1958.

O batismo como Rei do Futebol ocorreu ainda em 1958, quando tinha apenas 17 anos, mas o cronista Nelson Rodrigues, já projetava o seu futuro de glórias. O texto foi publicado na revista Manchete Esportiva no dia 8 de março de 1958.

“Pelé leva sobre os demais jogadores uma vantagem considerável – a de se sentir Rei, da cabeça aos pés. Quando ele apanha a bola e dribla um adversário, é como quem escorraça um plebeu ignaro e piolhento”.

Quatro anos depois, em 1962, se machucaria na segunda rodada do Mundial do Chile, também vencido pelo Brasil, com a brilhante atuação do igualmente gênio



Garrincha. Após ser caçado em campo com duras faltas na Copa do Mundo de 1966, na Inglaterra, ele comandou o lendário time brasileiro ao tricampeonato mundial em 1970, no México – é o único jogador a vencer três Copas.

Pelo Santos, Pelé é dono de marcas impressionantes: venceu dez vezes o Campeonato Paulista, torneio do qual foi o artilheiro por nove temporadas seguidas.

Ainda foi bicampeão da Libertadores e do Mundial de clubes, em 1962 e 1963. Foi também com a camisa branca do Peixe que marcou seu milésimo gol, contra o Vasco, no Maracanã, no dia 19 de novembro de 1969.

GÊNIO DA BOLA

Segundo números do Santos, Pelé marcou pelo clube 1.091 gols em 1.116 jogos. Com a camisa canarinho, Pelé disputou 113 jogos e marcou 95 gols, de acordo com números da CBF. Nas contas da Fifa, que considera apenas jogos entre seleções, são 77 gols em 91 partidas.

Após encerrar sua carreira no Santos em 1975, Pelé jogou no New York Cosmos, no período de 1975 a 1977, onde apresentou o futebol ao público americano e atuou ao lado de estrelas internacionais, como o alemão Franz Beckenbauer e o italiano Giorgio Chinaglia. O Cosmos fecharia nos anos



Pelé é carregado por torcedores no gramado do estádio Azteca após o Brasil vencer a Itália e conquistar o tricampeonato – Foto: Reprodução

1980, mas seria relançado em 2010, com Pelé como seu presidente honorário.

MILÉSIMO GOL

Em toda a carreira, Pelé fez 1.282 gols em 1.364 partidas na contabilização feita pelo Santos. Nas redes sociais, o Rei dizia ter feito um a mais, 1.283.

PAROU UMA GUERRA

Foi também pelo Santos que Pelé tornou-se lenda. Em 1969, durante excursão do time à África, a presença de Pelé fez cessar um conflito armado. “Um dos meus grandes orgulhos foi ter parado uma guerra na Nigéria, em 1969, em uma das várias excursões que o Santos fez pelo mundo. Nós tínhamos um amistoso marcada na Cidade de Benin, que estava no meio de uma Guerra Civil. Só que o Santos era tão amado que as partes aceitaram um cessar-fogo no dia da partida. Ficou conhecido como o “Dia em que o Santos parou a guerra”, contou Pelé nas redes sociais, em 2020.

Em Nova York durante os anos 1970, o Rei do Futebol ganhou status de celebridade. Frequentava eventos na cidade ao lado de grandes astros, do cantor Frank Sinatra ao artista Andy Warhol – o mundo inteiro queria encontrar Pelé

e ser fotografado ao lado de seu sorriso. “Você é a única celebridade que, em vez de durar 15 minutos, durará 15 séculos”, disse Warhol a Pelé.

Pelé foi ainda recebido na Casa Branca, tanto pelo presidente republicano Gerald Ford como por seu sucessor, o democrata Jimmy Carter.

Sua condição de estrela global chegou a Hollywood com o filme Fuga para a Vitória (1981), dirigido por John Huston, em que Pelé atuou ao lado do ator britânico Michael Caine, do americano Sylvester Stallone e do sueco Max von Sydow.

A experiência de Pelé como artista também incluiu a música. Pelé sempre disse que, se não fosse jogador de futebol, teria se dedicado à carreira musical, pois adorava escrever sambas. Apesar de admitir não cantar bem, Pelé fez um dueto com Elis Regina, em 1969, e no final dos anos 1970 gravou um disco com Sérgio Mendes, com destaque para a faixa “Meu Mundo É uma Bola”.

Ainda foi Ministro dos Esportes entre os anos de 1995 e 1998, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. No comando da pasta, mudou a chamada Lei Zico, que passou a ser chamada de Lei Pelé, seguindo em linhas gerais as diretrizes da Fifa para contratação de jogadores.

Primeiro compromisso oficial de Lula fora de Brasília foi despedida a Pelé: “Pelé foi melhor em tudo”

Assim como as cercas de 150 mil pessoas que foram a Santos para se despedir do ídolo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva – acompanhado da primeira-dama Rosângela Silva, a Janja – foi à estrutura montada no gramado da Vila Belmiro para homenagear Pelé. O Helicóptero de Lula pousou no estádio da Portuguesa Santista e de lá a comitiva seguiu de carro até a Vila Belmiro.

Este foi o primeiro compromisso da agenda oficial de Lula fora de Brasília desde que tomou posse no dia 1º. Ele entrou no estádio sem falar com a imprensa enquanto torcedores santistas do lado de fora cantavam o hino do clube.

Além de cumprimentar os familiares do Rei, Lula concedeu uma rápida entrevista a SantosTV, onde exaltou não só o jogador, mas também o cidadão Pelé.

“Vi o Corinthians perder muito jogo, me parece que o Pelé tinha uma obsessão em ganhar do Corinthians. Foi um

período muito sofrido. No entanto, ele nos obrigava a parar e assistir as partidas. Porque, no futebol, muitas vezes a gente gosta não só do nosso time, a gente gosta do espetáculo. E o Pelé representa tudo aquilo de melhor na ascensão da espécie humana”, descreveu.

“Ele foi um jogador que muito jovem ganhou um protagonismo extraordinário, mas nunca ficou mascarado. Nunca ficou de nariz empinado. Sempre se comportou como um cidadão muito humildade, que conversava de igual para igual com todo mundo. Nunca se deixou levar pelo brilhantismo que apresentava”, continuou.

“Como cristão, eu não acredito na morte. Eu acredito que ele foi passear. E no nosso imaginário, esse passeio aconteceu em um lugar melhor que na terra. E eu espero que ele volte a jogar bola nesse lugar. Mas não no Santos, e sim no Corinthians”, brincou. “Não existe comparação com outro jogador. Pelé foi melhor em tudo”, disse Lula.